




2008

RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO
DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



02	RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
13	BALANÇO SOCIAL
14	BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
16	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
17	DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
18	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
19	DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
20	NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
43	PARECER DO CONSELHO FISCAL
44	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório da administração

Exercício social de 2008

Senhores Acionistas,

A Administração da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Comentário da Administração

A despeito da crise financeira que atingiu o mundo em 2008, a CTEEP sustentou uma condição financeira segura e estável, dando prosseguimento ao seus objetivos de crescimento. Mantivemos uma participação expressiva nos leilões promovidos pela Aneel em 2008, ao arrematarmos empreendimentos importantes no decorrer do ano. O destaque ficou para o desempenho que alcançamos no leilão realizado em novembro, quando arrematamos dois lotes importantes do projeto Rio Madeira, e que permitirá ampliar nossa atuação para os Estados de Rondônia, Mato Grosso e Goiás. Com isso, garantimos o crescimento de nossas atividades, sem deixar de lado aspectos fundamentais como a manutenção da qualidade e a segurança nas operações da Companhia. Em termos de resultado para 2009, a previsibilidade de nossa receita e a bem sucedida participação nos leilões de transmissão em 2008, aliada às iniciativas internas no que diz respeito ao controle das despesas gerais e administrativas, permite-nos vislumbrar um ano de crescimento e, mais ainda, de consolidação da CTEEP como uma das principais protagonistas do segmento de transmissão de energia elétrica no Brasil.

1. PERFIL DA COMPANHIA

A CTEEP é a principal empresa concessionária privada do setor de transmissão de energia elétrica no Brasil, sendo responsável pela transmissão de 30% de toda a energia produzida no País. Desde junho de 2006, a CTEEP é controlada pela ISA, maior grupo de transmissão de energia da América Latina, que adquiriu 89,4% de suas ações ordinárias durante leilões públicos promovidos pelo Governo do Estado de São Paulo entre junho de 2006 e janeiro de 2007, o equivalente a 37,5% do capital total da CTEEP.

Com capacidade instalada de 43.069 MVA, a CTEEP é responsável pela transmissão de quase 100% da energia elétrica produzida no Estado de São Paulo, que responde por 30% do PIB nacional.

Para garantir a excelência no atendimento ao seus clientes, conta com uma infraestrutura formada por uma rede de 12.140 km de linhas de transmissão, 18.495 km de circuitos, 102 subestações com tensão de até 550 kV e 1.955 km de cabos de fibra ótica.

A atuação da CTEEP é pautada pela busca da criação de valor com foco contínuo na melhoria da prestação de serviços aos seus clientes, pelo retorno adequado ao acionista, por iniciativas que promovam a melhoria permanente em processos e pela adoção de uma atitude socialmente responsável.

A Companhia investe na modernização de sistemas, na inovação de processos e na expansão da capacidade de seu sistema de transmissão. Sua estratégia de crescimento contempla a otimização dos ativos existentes, a participação em leilões de novas linhas de transmissão e a avaliação constante das oportunidades de aquisição no mercado de transmissão. Fruto dessa estratégia consistente de crescimento, a CTEEP expande sua atuação para 12 estados brasileiros com os novos empreendimentos conquistados nos últimos leilões da Aneel.

Os lotes arrematados nos leilões de 2008 fortalecem o processo de consolidação no setor elétrico brasileiro somando aos ativos da CTEEP mais 5 Linhas de Transmissão de corrente alternada (1.067 km), 7 Subestações com 3.550 MVA de potência instalada, 1 Linha de Transmissão de corrente contínua de 2.375 km e 2 Estações Retificadoras de 3.150 e 2.950 MW. Com ações listadas na Bovespa, a CTEEP integra, desde 2002, o Nível 1 de Governança Corporativa e tem suas ações preferenciais listadas no Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado brasileiro de ações.

A Companhia também possui um programa de "American Depositary Receipts – ADRs" – Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o Bank of New York e o Banco Itaú é o custodiante.

2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

2.1. Ambiente Macroeconômico

A economia brasileira foi marcada por dois momentos distintos ao longo de 2008. Até setembro, os indicadores confirmavam um cenário de vigorosa expansão da atividade econômica, com resultados positivos da produção industrial, geração de emprego, concessão de crédito e crescimento do PIB. Todavia, a partir de setembro (após as primeiras falências de bancos de grande porte e da severa escassez de crédito pelos bancos internacionais), o ambiente econômico internacional passou por uma rápida deterioração, gerando uma crise de confiança, que também atingiu o Brasil. As principais consequências foram a intensa desvalorização cambial, a queda da confiança de consumidores e empresários e a redução da produção e das vendas internas, sobretudo de bens de consumo duráveis de maior valor agregado, como automóveis. Embora as perspectivas para 2009 recomendem cautela, em razão da incerteza ainda elevada acerca dos impactos da crise financeira sobre a atividade econômica, a expectativa é de que esse cenário deverá ser gradativamente superado. A crise eclodiu em um momento em que a economia brasileira se encontrava em condições satisfatórias,

com reservas cambiais elevadas e com um nível de endividamento do setor público compatível com a adoção de uma política anticíclica, ou seja, capaz de estimular o crescimento da economia, por meio da redução de juros, liberação dos depósitos compulsórios, aumento dos gastos públicos e corte de impostos, dentre outras iniciativas. Portanto, a desaceleração da economia brasileira em 2009 deverá ser menor e mais breve do que a que se verificará nos países desenvolvidos.

2.2. Ambiente do Setor de Energia Elétrica

Em 2008, a evolução do setor elétrico brasileiro teve continuidade, fruto tanto de um ambiente regulatório consolidado quanto do avanço tecnológico. Responsável pelo fornecimento de energia elétrica a mais de 61 milhões de consumidores em todo o território nacional, o Brasil superou, em 2008, a marca de 100 mil megawatts (MW) em potência instalada (75% de fonte hídrica e 25% de fonte térmica), o que representa apenas 30% do parque energético nacional e que, portanto, apresenta um grande espaço para crescimento. Durante o ano foi realizado o primeiro leilão de biomassa, energia gerada pela queima do bagaço de cana-de-açúcar e, numa escala ainda reduzida e experimental, têm sido criados incentivos à produção de energia pela queima do lixo urbano e pela utilização do metano associado a dejetos de suínos. Ambos os projetos apontam o caminho da correta sustentabilidade ambiental, ao unir a despoluição das cidades e dos rios à geração de energia elétrica. O setor finalizou o ano com o leilão da maior Linha de Transmissão de energia elétrica do mundo, uma conexão de 2.375 km, que permitirá integrar o Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que passará a contar com uma geração adicional de 7.000 MVA. O Consórcio Madeira Transmissão, que conta com participação de 51% da CTEEP, arrematou o lote que corresponde a Linha de Transmissão Porto Velho – Araraquara 2.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Ampliação e expansão do sistema de transmissão

Para assegurar maior confiabilidade de seus sistemas, garantir a qualidade dos serviços prestados e, dessa forma, consolidar seu posicionamento como importante *player* do setor elétrico brasileiro, em 2008, a CTEEP investiu em projetos de aumento da capacidade de transformação, construção, recapacitação de linhas de transmissão e outros reforços, o que permitiu um acréscimo líquido de 1.040 MVA de capacidade de transformação instalada no sistema.

3.2. Acréscimo de Capacidade de Transformação

Subestação	Tensões (kV)	Acréscimo de Capacidade de Transformação (MVA)
Ribeirão Preto	440-138 kV	300
Sumaré	440-138 kV	300
Santa Cabeça	230-88 kV	60
Capivara	440-138 kV	150
Bauru	440-138 kV	150
Presidente Prudente	138-88 kV	40
São Sebastião	138-34,5 kV	40
Total		1.040

3.3. Projetos Energizados em 2008

O Ministério de Minas e Energia, através do Operador Nacional do Sistema (ONS), da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e com a participação dos Grupos de Estudos de Transmissão Regionais (GET) – a CTEEP faz parte do grupo de São Paulo, emite o Plano de Ampliações e Reforços na Rede Básica (PAR) e o Programa de Expansão da Transmissão (PET). Nesses estudos, estão contemplados os empreendimentos relacionados aos sistemas de transmissão considerados necessários para garantir a qualidade e a confiabilidade do sistema, segundo a visão de cada órgão.

Em 2008, por meio de resoluções editadas pela Aneel, a CTEEP teve os seguintes empreendimentos autorizados:

Rede Básica

LOCAL	Operação Comercial	RES ANEEL	RAP (R\$ mil)
LT 230 kV ITAPETI			
– MOGI – MOGI (F)	10-ago-08	352/05	218
SE BAURU	21-out-08	586/06	1.394
SE CAPIVARA	25-mar-08	586/06	4.377
SE SANTA CABEÇA	31-mar-08	586/06	1.778
SE RIBEIRÃO PRETO	25-mar-08	586/06	4.772
SE SUMARÉ	17-mar-08	586/06	5.273
SE NEVES I	19-dez-08	Leilão 04/2007	1.280
SE MESQUITA	19-dez-08	Leilão 04/2007	410
LT MESQUITA-NEVES	19-dez-08	Leilão 04/2007	5.095
Subtotal da Rede Básica			24.597

Relatório da administração

Exercício social de 2008

Demais Instalações de Transmissão – DIT

LOCAL	Operação Comercial	RES ANEEL	RAP (R\$ mil)
SE SÃO SEBASTIÃO	2-dez-08	981/07 e 1188/08	722
LT 138 kV ILHA SOLTEIRA – JUPIÁ	15-mar-08	584/06	54
LT 138 kV TRÊS IRMÃOS – ILHA SOLTEIRA	13-abr-08	584/06	34
LT 138 kV TRÊS IRMÃOS – ANDRADINA	16-nov-08	584/06	1.671
SE TRÊS IRMÃOS	9-jan-08	584/06	731
LT 88 kV ASSIS – P. PRUDENTE	27-jan-08	CCT 45/2005	60
SE MILTON FORNASARO	30-jul-08	CCT 10/2000	1.704
SE OESTE	14-mai-08	CCT 17/2002	715
LT 138 kV MILTON FORNASARO – REMÉDIOS	30-jun-08	CCT 10/2000	1.704
SE SUMARÉ	3-set-08	CCT 07/2000	357
SE SANTA BÁRBARA D’OESTE	28-mai-08	CCT 48/2005	149
SE MOGI MIRIM II	28-mai-08	CCT 48/2005	149
SE FLÓRIDA PAULISTA	1-jul-08	CCT 09/2000	31
SE PERUÍBE	10-jul-08	CCT 09/2000	51
SE TRÊS IRMÃOS	19-jul-08	CCT 09/2000	51
SE BERTIOGA II	31-jul-08	CCT 09/2000	51
SE VICENTE DE CARVALHO	26-jun-08	CCT 09/2000	51
SE MONGAGUÁ	15-jul-08	CCT 09/2000	51
SE BOM JARDIM	3-abr-08	CCT 17/2002	715
SE ARARAQUARA	30-jun-08	CCT 07/2000	357
LT 138 kV PROMISSÃO – CATANDUVA	30-jun-08	1409/08	225
Subtotal da DIT			9.633
Total da DIT + Rede Básica			34.231

3.4. Energização da IEMG

Em dezembro de 2008, a CTEEP energizou a linha de transmissão Neves I – Mesquita de 500 kV e o Reator manobrável da LT, de 91 MVA na SE Neves I, por meio de sua subsidiária, a Interligação Elétrica de Minas Gerais (IEMG). Com 172 km de extensão, o empreendimento liga a subestação Neves I à subestação Mesquita e passa por 14 municípios mineiros, localizados entre as cidades de Contagem e Ipatinga. O projeto tem como objetivo aumentar a eficiência do sistema de transmissão da região leste do Estado de Minas Gerais e adicionar R\$ 7 milhões à receita da CTEEP, que é responsável pelo gerenciamento da operação e da manutenção das instalações.

4. INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Direcionada para garantir a solidez do negócio em três aspectos fundamentais – eficiência, competitividade e financeiro –, a estratégia da CTEEP adota um conjunto de ações e ferramentas que contribuem para reforçar a participação da Companhia no mercado de transmissão de energia elétrica e, conseqüentemente, atingir seus objetivos de crescimento. Desde 2007, a CTEEP concentra a operação remota de suas 102 subestações por meio do Centro de Operação da Transmissão, responsável pela Rede Básica (tensão igual ou acima de 230 kV) e pelo Centro de Operação de Retaguarda, responsável pela operação das DIT’s (Demais Instalações de Transmissão com tensões abaixo de 230 kV). A Companhia investe continuamente no treinamento de seus colaboradores, principalmente na capacitação de técnicos e assistentes de subestação, que passaram a integrar o novo modelo de trabalho nas áreas de Operação e Manutenção e, hoje, além de preparados para operar a subestação em casos de emergência, são responsáveis pela manutenção dos equipamentos.

4.1. Indicadores de Desempenho do Sistema de Transmissão

Um indicador importante para a verificação do desempenho das empresas do setor de transmissão de energia elétrica é a relação entre a energia não suprida (ENES), esta de responsabilidade de cada empresa, e o correspondente valor total da energia suprida, que denota o nível de atendimento ao mercado.

A Comissão de Integração Elétrica Regional (CIER), entidade que congrega empresas do setor elétrico da América Latina, tem como meta para a referida relação aproximadamente 10-4 (ou um décimo de milésimo). No Brasil tal meta é cerca de 10-5 (ou um centésimo de milésimo), caracterizando um indicador dez vezes melhor que o referendado pelo CIER. No caso da CTEEP, seus valores históricos encontram-se na faixa de 1×10^{-5} , enquanto que no Sistema Interligado Nacional (SIN) esse indicador é de 4×10^{-5} , o que demonstra a eficiência da prestação de serviços da Companhia.

Outro indicador de eficiência baseia-se no fato de que a CTEEP, sendo responsável pela transmissão de cerca de 30% da energia produzida no País, tem um valor histórico inferior a 10% de toda ENES verificada no SIN.

4.2. Operação

■ Em 2008, a CTEEP avançou na ampliação do Sistema de Gestão da Qualidade. No ano, 100% dos processos relativos à área de Operação foram certificados na norma ISO 9002: 1994, completando o padrão de excelência nos serviços prestados. A certificação engloba, ao todo, 38 processos relativos ao escopo Operar o Sistema de Transmissão.

■ Implantação do Simulador de Treinamento de Operadores de Sistema no Centro de Operação da Transmissão, que permite o treinamento dos operadores de sistema de forma intensiva, simulando situações reais já vividas ou possíveis de ocorrer, de forma que os mesmos estejam preparados para enfrentar seu dia-a-dia, sem trazer risco algum ao Sistema Elétrico.

■ Conclusão da 1ª etapa de reanálise dos ajustes de todas as proteções das linhas de transmissão da CTEEP, que faz parte de um grande projeto em andamento, que visa reavaliar a forma como o Sistema Elétrico responde às perturbações que ocorrem em seus elementos. Em 2009, será dado prosseguimento para a malha de 440 kV – reajustada no ano de 2008 -, devendo ser alvo, também, a malha de 354 kV até 138 kV.

■ Conclusão da 1ª etapa do SICAR – Sistema Integrado de Coleta Automática de Registros. Iniciado em 2008, o sistema é uma importante ferramenta para a Operação, ao disponibilizar os dados de uma perturbação no Sistema Elétrico de forma rápida no Centro de Operação de Bom Jardim, de forma que operadores e engenheiros possam fazer uma análise do ocorrido e devolver o equipamento afetado à operação no menor tempo possível.

4.3. Manutenção

■ **Modernização do Compensador Síncrono da SE Santo Ângelo**
Modernização e atualização tecnológica do compensador síncrono da SE Santo Ângelo de mais ou menos 250 MVAR, um equipamento vital para o controle de tensão do SIN da CTEEP, que agora conta com tecnologia de última geração. Também foi incorporado um moderno sistema de monitoramento dos principais parâmetros operativos, que otimizará os desligamentos para as manutenções preventivas.

■ **Substituição de Relés de Proteção Eletromecânicos**
Ao longo de 2008 foram substituídos 46 relés de proteção de concepção eletromecânica em 16 subestações por modernos relés digitais, com recursos de oscilografia e maior confiabilidade, permitindo mais qualidade nas análises de perturbações.

■ Digitalização de Subestações

Em dezembro de 2008, a CTEEP finalizou a digitalização completa da SE Mongaguá, projeto inédito baseado nos conceitos da norma IEC 61850. A SE Mongaguá recebeu novos sistemas de proteção, medição, comandos, controles e supervisão, suportados por um sistema baseado em lógicas distribuídas em IED's (Dispositivos Eletrônicos Inteligentes) e protocolo de comunicação aberto padronizado por normas internacionais, permitindo uma operação mais confiável e segura. A automação de uma subestação permite operá-la sem nenhum recurso humano no local, e um autômato local providenciará as manobras necessárias para restabelecer o fornecimento de energia quando da perda de um equipamento. Isto garante rapidez no atendimento evitando transtornos maiores às distribuidoras atendidas.

4.4. Criação do Departamento de Desenvolvimento de Novos Negócios

Alinhada à estratégia de crescimento do negócio e em sintonia com o novo modelo organizacional adotado recentemente na CTEEP, foi criado o Departamento de Desenvolvimento de Novos Negócios. Vinculado à Diretoria de Empreendimentos, a nova área será responsável pelo planejamento, gerenciamento e identificação de novas oportunidades de negócio como aquisições, participação em leilões, desenvolvimento de novas empresas e alianças estratégicas, fornecendo suporte fundamental ao processo decisório dos novos negócios da Companhia.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas Auditadas. As alterações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei 11.638/07, pela Medida Provisória 449 e pelos Pronunciamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), não produziram impactos na comparabilidade dos resultados apresentados a seguir.

Relatório da administração

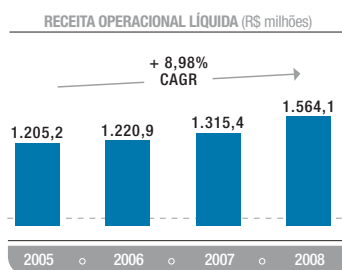
Exercício social de 2008

5.1. Receita Anual Permitida (RAP)

Em 2008, a Receita Anual Permitida (RAP) – principal fonte de receita da Companhia por meio do uso de seu sistema de transmissão por outras concessionárias do serviço público de energia elétrica, agentes do setor e consumidores, livres – atingiu R\$ 1.802,4 milhões, o que representa um crescimento de 15,3% em relação a 2007. Conforme Resolução Homologatória da Aneel no 670, a Companhia teve sua RAP reajustada para o ciclo 2008/2009 em 11,53%, correspondente à variação acumulada no IGP-M relativo ao período de junho/2007 a maio/2008. Em bases anuais, o impacto previsto da Resolução 670 na RAP da Companhia será de um incremento de R\$ 390,1 milhões para os próximos 12 meses, ou R\$ 1.869 milhões ao final do ciclo 2008/2009, crescimento de 26,4% em relação ao ciclo 2007/2008.

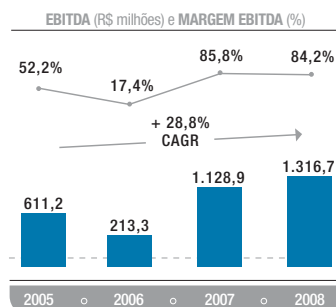
5.2. Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida da CTEEP atingiu R\$ 1.564,1 milhões em 2008, crescimento de 18,9% em relação ao mesmo período de 2007. A taxa média anual de crescimento, desde 2005 (CAGR – Compound Annual Growth Rate) foi de 8,98%.



5.3. Custos dos Serviços da Operação e Despesas Operacionais

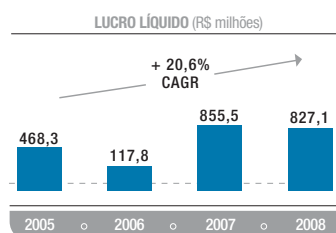
Os custos dos serviços da operação e despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 19,0% em relação a 2007, alcançando R\$ 427,7 milhões em 2008. O efeito da reversão de provisão para contingências, ocorrida em 2007, que trouxe uma variação positiva de R\$ 48,1 milhões, foi o principal fator que impactou os custos e despesas da Companhia em relação ao verificado no ano corrente. Periodicamente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia.



5.4. EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 1.316,7 milhões em 2008, resultado 16,6% maior que o registrado em 2007. A taxa de crescimento média, desde 2005, foi de 28,8%.

A margem EBITDA foi de 84,2%, pouco abaixo do verificado em 2007 e está sujeita à reclassificação de encargos regulatórios como Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE); Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D); e de despesas gerais e administrativas para deduções da receita operacional.



5.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou saldo negativo de R\$ 293,4 milhões em 2008. Em relação a 2007, as principais variações foram o aumento de R\$ 45,3 milhões nos juros passivos, decorrentes dos empréstimos contraídos no período, o registro da despesa financeira da amortização do ágio de R\$ 26,4 milhões e que terá como resultado benefício fiscal para a Companhia. Dentro das receitas financeiras o principal impacto deu-se nas variações monetárias e cambiais – redução de 88,7% em relação ao ano anterior.

5.6. Lucro Líquido

Em decorrência dos eventos acima expostos, o lucro líquido do exercício manteve-se praticamente estável em relação a 2007 ao atingir R\$ 827,1 milhões, redução de 3,3% perante o ano anterior.

5.7. Estrutura de Capital

A CTEEP, em linha com a estratégia de otimização da estrutura de capital, obteve recursos para o financiamento de seu crescimento por meio de fontes competitivas no mercado.

Foi aprovado, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a liberação de R\$ 329,1 milhões para o Plano de Investimentos Plurianual 2008/2010, o qual contemplará investimentos em reforços, novas conexões e manutenção das operações da Companhia. Os encargos correspondem à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 1,8% ao ano. A amortização será em 54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011, sendo que, até o início da amortização, os encargos são pagos trimestralmente.

A Companhia encerrou 2008 com dívida total de R\$ 856,8 milhões e dívida líquida de R\$ 733,7 milhões, o que representa uma relação dívida líquida/Ebitda de 0,56 vezes.

Em dezembro de 2008, a Companhia emitiu Notas Promissórias no montante de R\$ 200 milhões, ao custo de 120% do CDI e com vencimento para junho de 2009.

Do total da dívida, 70,4% refere-se a empréstimo contraído com o BNDES, sendo que o restante provém de outras instituições financeiras. Ao final de 2008, 60,0% do total de financiamentos da Companhia eram de longo prazo e indexados à TJLP e 40,0% de curto prazo, dos quais 27,3% indexados à TJLP.

A Companhia não possui política e não adota a prática de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

6. INVESTIMENTOS

Em 2008, o investimento total da CTEEP em seus ativos existentes, corporativo, capitalização de pessoal e aportes nas empresas foi de R\$ 327,2 milhões. O valor específico de cada conta pode ser verificado na tabela abaixo:

em R\$ milhões	2008
Corporativo	14,7
Reforço Tipo 1	175,1
Reforço Tipo 2	18,2
Novas Conexões	21,1
PMT	23,8
PMIS	18,1
Capitalização de Pessoal (mão-de-obra)	5,9
Aporte nas subsidiárias	50,3
Total	327,2

Reforços Tipo 1 e 2:

Investimentos direcionados para atendimento do sistema de Rede Básica. Geram RAP adicional.

Novas Conexões:

Investimentos direcionados para atendimento exclusivo de consumidores. Geram RAP adicional.

PMTs e PMIs:

Investimentos necessários para manutenção da qualidade do sistema e minimização do impacto da parcela variável.

6.1. Novas Concessões

Além dos investimentos feitos nos ativos existentes, a CTEEP direciona sua atuação para a aquisição de lotes de novas linhas de transmissão leiloados pela Aneel, como forma de aumentar sua receita e presença no mercado brasileiro. Em linha com esse posicionamento, foram arrematados lotes e constituídas subsidiárias para a prestação dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica, a saber:

Relatório da administração

Exercício social de 2008

Subsidiária	Participação da CTEEP	UF	Receita Anual Permitida (R\$)	Receita Anual CTEEP (R\$)	Prazo de Construção (Meses)	Início da Operação
IEMG – Interligação						
Elétrica de Minas Gerais S.A.	60,0%	MG	11.728.884	7.037.330	18	dez/08
IENNE – Interligação Elétrica						
Norte e Nordeste S.A.	25,0%	TO/MA/PI	28.940.000	7.235.000	21	dez/09
PINHEIROS –						
Interligação Elétrica Pinheiros S.A.	100,0%	SP	19.047.853	19.047.853	18	abr/10
IESUL – Interligação Elétrica Sul S.A.	100,0%	SC/PR/RS	10.290.970	10.290.970	18	abr/10
IEMADEIRA – Interligação Elétrica						
do Madeira S.A. – Lote D	51,0%	RO/MT/GO/SP	176.249.000	89.886.990,00	36	fev/12
IEMADEIRA – Interligação Elétrica						
do Madeira S.A. – Lote F	51,0%	RO/SP	151.788.396	77.412.081,96	50	abr/13
Total			397.624.580	210.657.912		

6.2. Consórcio Madeira Transmissão

O Consórcio Madeira Transmissão, formado pela CTEEP (51%); FURNAS (24,5%) e CHESF (24,5%), foi o vencedor dos lotes D (LT Coletora Porto Velho – Araraquara 2) e F (Estação Retificadora Nº 02 CA/CC e Estação Inversora Nº 2 CC/CA) no leilão de transmissão 007/2008, realizado em 26 de novembro de 2008 pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e conduzido pela BM&F/Bovespa. O valor total da RAP dos lotes arrematados pelo consórcio é de R\$ 328 milhões.

A Linha de Transmissão Porto Velho – Araraquara 2 é uma obra de grande importância para o País e está prevista no Plano de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal. Sua construção permitirá integrar o Complexo Hidroelétrico do Rio Madeira ao Sistema Interligado Nacional, cuja capacidade de geração adicional será de 7.000 MVA.

O resultado é bastante significativo para a Companhia, diante da complexidade do projeto do Rio Madeira, que possibilitará a integração entre estados brasileiros e países vizinhos. O investimento total dos dois lotes é de R\$ 2,9 bilhões e a entrada em operação comercial das instalações deverá ocorrer entre 36 meses para o Lote D e 50 meses para o Lote F, após a assinatura do contrato de concessão.

6.3. Plano de Investimentos Plurianual 2009/2011

O Conselho de Administração, em Reunião realizada em 20 de janeiro de 2009, aprovou o Plano de Investimentos Plurianual para o triênio 2009/2011, com base nas estimativas de execução de investimentos da Companhia.

(em R\$ milhões)	2009	2010	2011
Corporativo	14,2	11,8	12,3
Reforço Tipo 1	291,1	340,5	134,2
Reforço Tipo 2	61,9	29,6	13,3
Novas Conexões	43,3	1,3	0,2
PMT	45,4	79,6	61,2
PMIS	27,1	35	29,4
Capitalização (mão-de-obra)	7,1	7,4	7,8
Telecom	57,7	-	-
Total CTEEP	547,8	505,2	258,4
IENNE	55,8	-	-
Pinheiros	213,4	127,2	-
IEMadeira	30,2	151,8	250,8
IESul	21,3	16,5	-
Total novas empresas (Subsidiárias)	320,7	295,5	250,8
Total geral	868,5	800,7	509,2

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Desde sua constituição a CTEEP vem aperfeiçoando seus processos de gestão e os sistemas de controle adotados. A Companhia foi a primeira empresa de energia elétrica no Estado de São Paulo a aderir ao Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa, em setembro de 2002. Com a adesão, a Companhia, que tem suas ações preferenciais incluídas no Ibovespa, passou também a compor o Índice de Governança Corporativa (IGC), carteira teórica composta por ações de empresas que apresentam elevados padrões de relacionamento com todos os seus acionistas e demais *stakeholders*.

7.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o fórum central de decisão e definição da orientação geral dos negócios da Companhia, com foco na criação de valor para os acionistas. É constituído por 10 membros, entre os quais 3 independentes e um representante dos empregados.

7.1.1 Comitês Especializados

No modelo de governança adotado pela CTEEP, que prioriza a eficiência administrativa e a profissionalização de seus gestores, os comitês têm papel fundamental de interagir com a Diretoria, preparando antecipadamente os temas a serem debatidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Dessa forma, em 2008, a CTEEP criou dois comitês:

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria é formado por cinco membros, com participação do auditor corporativo do Grupo ISA, do presidente da CTEEP (como convidado permanente) e do auditor interno da CTEEP (como secretário técnico). As reuniões são realizadas, no mínimo, três vezes ao ano. Suas principais atribuições são: fortalecer o Sistema de Controle Interno, a Gestão de Riscos e as práticas de Governança Corporativa da Companhia; aumentar a efetividade da função de Auditoria Interna e avaliar o seu desempenho; aprovar o Plano Anual de Auditoria Interna e supervisionar o seu cumprimento; avaliar o desempenho da Auditoria Interna e dos Auditores Independentes.

Comitê de Remuneração

Composto por três membros e responsável por acompanhar, analisar e propor ao Conselho de Administração temas relacionados à remuneração dos diretores e conselheiros; indicação de membros para a Diretoria; cargos e salários; política salarial; remuneração variável; participação em lucros e resultados (PLR); e acordo coletivo de trabalho.

7.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da CTEEP tem caráter permanente e é formado por cinco conselheiros efetivos e cinco suplentes, com participação de representantes dos acionistas minoritários. O órgão é responsável por fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários, dentre outras responsabilidades.

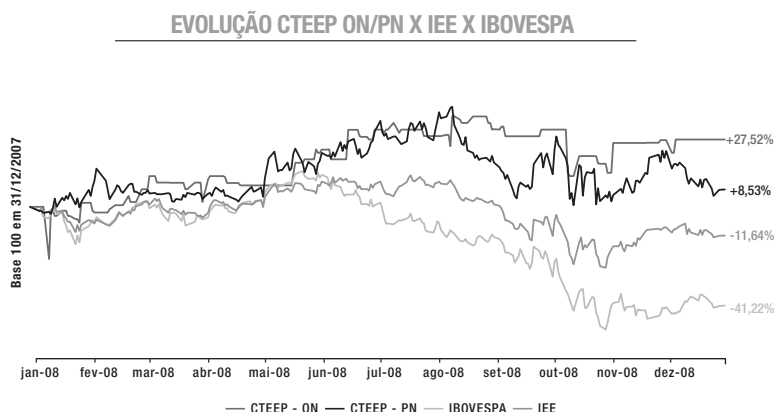
8. MERCADO DE CAPITAIS

8.1. Nossas Ações

Em 2008, foram realizados 160.858 negócios com as ações preferenciais da CTEEP, o que representa um aumento de 57,2% em relação ao exercício de 2007, envolvendo um volume financeiro de R\$ 3.164.810,74 mil, 45,32% superior a 2007.

No ano, as ações ordinárias (TRPL3) e preferenciais (TRPL4) valorizaram-se 28,65% e 8,53%, respectivamente, período em que o Ibovespa apresentou desvalorização de 41,22% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) retraiu 11,64%. A ação preferencial da CTEEP foi uma das sete ações de todas as companhias listadas na bolsa com desempenho positivo em 2008.

A CTEEP também participa do Programa Patrocinado de American Depositary Receipts (ADR) Nível 1 lastreados em ações ordinárias e preferenciais. Para esse fim, o Bank of New York Mellon é a instituição depositária dos ADRs nos Estados Unidos e o Itaú S.A. é a instituição custodiante das ações lastro desses ADRs, à razão de 1 Depositary Share para cada 1 ação de ambas as classes. Até o encerramento desse exercício constavam da sua base acionária, 66.433 ADRs referentes às ações preferenciais e 23.699 ADRs referentes às ações ordinárias.



Relatório da administração

Exercício social de 2008

8.2. Relações com Investidores

Com o objetivo de adequar os processos de governança corporativa à atual estrutura da Companhia, foram promovidos avanços nos mecanismos de diálogo e interação entre os acionistas e a administração, no intuito de assegurar a eficácia da comunicação e alinhar expectativas. Tal esforço foi reconhecido pelo Prêmio Qualidade 2008, oferecido pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais (APIMEC) à empresa que fez a melhor reunião com investidores do ano. Os critérios para definir a empresa vencedora levam em consideração aspectos importantes como organização e conteúdo, objetividade e clareza do material apresentado, práticas de governança corporativa e a exposição, de forma quantitativa e qualitativa, da estratégia empresarial.

A CTEEP concorreu com outras 128 companhias e, com a reunião promovida no dia 28 de novembro de 2008, foi a vencedora desta edição do prêmio. Essa conquista representa o reconhecimento do mercado à excelência de atuação e ao posicionamento ético e transparente.

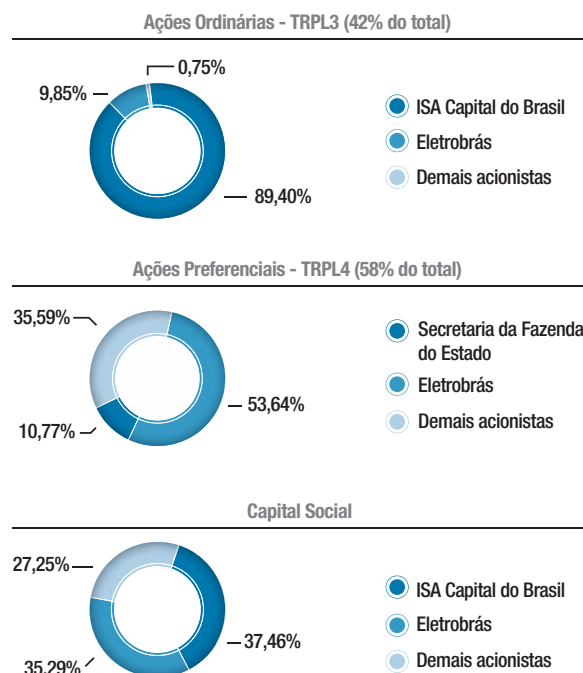
8.3. Remuneração aos Acionistas

Referente ao lucro líquido de 2008, incluindo os dividendos pagos em janeiro de 2009, os acionistas receberam R\$ 629 milhões, na forma de proventos, o que corresponde a 76,0% do lucro líquido do período.

8.4. Primeira Emissão Pública de Notas Promissórias

Em novembro de 2008, o Conselho de Administração aprovou a emissão das primeiras Notas Promissórias (NP) da Companhia, no valor total de R\$ 200 milhões com valor nominal unitário de R\$ 1 milhão. Todos os títulos foram adquiridos pelos próprios bancos coordenadores da emissão.

8.5. Composição Acionária



9. RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Em 2008, a CTEEP deu continuidade para a evolução do conceito de RSE em seu dia-a-dia, fortalecendo as diretrizes para uma atuação mais estratégica, com projetos e ações sustentáveis e de longo prazo, e conservando sua equiparação com modelos referenciais como os Indicadores Ethos e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bovespa.

Apoiada nos compromissos assumidos com seus grupos de interesse, a Empresa fortaleceu sua atuação a partir de uma gestão sustentável, pautada em pilares estruturados e alinhados às estratégias corporativas. A seguir, estão apresentadas, por grupos de interesse, as principais ações e programas estruturados pela Empresa em 2008 e que reforçam o modelo de RSE adotado.

9.1. Clientes

Um dos focos de atuação da CTEEP é construir relações sustentáveis com seus clientes e, dessa forma, prestar serviços com qualidade a custos competitivos. Para isso, a Empresa criou o Programa Clientes CTEEP que, em 2008, orientou suas ações segundo os resultados obtidos na pesquisa de satisfação de clientes, focando no fortalecimento da comunicação, para o qual foi estruturado um plano de melhoria que foi desenvolvido ao longo do ano.

9.2. Fornecedores

Para construir relações de transparência e confiança com seus fornecedores, a CTEEP mantém o Programa Fornecedores CTEEP, que visa ao desenvolvimento e à gestão por um processo contínuo de comunicação. Em 2008, a Companhia avançou na avaliação com questões que contemplam a Responsabilidade Social, buscando consistência na adoção destes critérios em toda a cadeia de valor da companhia.

9.3. Acionistas

Em 2008, foram promovidas duas Reuniões APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais). Paralelamente, a Companhia deu continuidade aos Informes de Resultados Financeiros e Boletins Corporativos, disponibilidade da informação na página web, Nível 1 de Governança Corporativa na Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo) e aplicação dos indicadores de performance do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial).

9.4. Estado

Além de cumprir com suas obrigações legais, a CTEEP participou ativamente em comissões e entidades de classe que defendem e promovem os interesses do setor (Abrate, ABCE, Siesp, entre outros), assim como em parcerias para ações e iniciativas sociais governamentais (Campanha de Agasalho).

9.5. Sociedade

Contribuir para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar social é uma das diretrizes que guiam o relacionamento da CTEEP com a sociedade. Com base nesse princípio, a Empresa manteve-se focada na estruturação de projetos sustentáveis que transmitem sua identidade corporativa nas áreas de Educação, Cultura, Desenvolvimento Sustentável, Meio Ambiente e Solidariedade.

Meio Ambiente

Para continuar crescendo e expandindo suas operações, sem se desviar do princípio de minimizar o impacto ambiental nas áreas onde está instalada, a CTEEP desenvolveu e implementou em 2008 uma série de medidas com o objetivo de ampliar e reafirmar seu compromisso com a sustentabilidade ambiental de suas atividades. Entre elas, destacam-se:

- Certificação de 38 subestações e manutenção de 20 subestações pela norma ISO 14001;
- Adoção de indicadores ambientais para acompanhamento do sistema de gestão;
- Desenvolvimento de indicadores ambientais de acordo com a norma ISO 14031;

- Início de estudo de compensação de emissão de CO₂ por veículos de sua frota própria;
- Participação, pela segunda vez, no questionário do Global Greenhouse Gás Register (GHG), sobre a emissão de gases do efeito estufa;
- Elaboração de mais de treze trabalhos de estudos e pesquisas para viabilizar os serviços de manutenção, reparo e construção de sua rede de transmissão;
- Plantio e reflorestamento de mais de 290 hectares e 4.285 mudas nativas em diversas áreas como parques, institutos florestais e bairros.

9.6. Colaboradores

O relacionamento da CTEEP com seus colaboradores é pautado pelo interesse da Empresa em contribuir para o desenvolvimento integral de seus profissionais, valorizando sua contribuição para o crescimento do negócio. A partir desse posicionamento, o foco das ações promovidas durante o ano de 2008 foi preparar a equipe para os desafios da Companhia, fortalecendo as competências e habilidades dos colaboradores.

Educação Corporativa

Por meio do Programa de Educação Corporativa, a CTEEP oferece aos seus colaboradores ações de treinamento e capacitação para promover o desenvolvimento das competências requeridas pelas estratégias do negócio e, dessa forma, qualificar os talentos existentes na Empresa. Em 2008, os treinamentos ficaram concentrados principalmente na integração dos colaboradores ao SAP – com a realização de 62 turmas e 3.848 participações, totalizando 16.744 horas/aulas – e na capacitação de técnicos e assistentes de subestação que passaram a integrar o novo modelo de trabalho nas áreas de Operação e Manutenção, com a participação de 310 pessoas, em 26 turmas, distribuídas em cinco módulos de aulas teóricas e atividades práticas. Ao todo, foram promovidas 785 turmas, que totalizaram 107.580 horas/aulas, 9.223 participações e uma média de 83 horas anuais de treinamento por colaborador. (Vale mencionar o programa de formação das lideranças para níveis gerencial e coordenação).

Diversidade

Com a criação do Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência, a CTEEP reiterou seu compromisso para a construção de uma cultura de respeito às diferenças, promovendo a diversidade e garantindo a igualdade de oportunidades independente de credo, raça, condição social ou física. Em 2008, foi concebida a estrutura do programa, o que envolveu o mapeamento dos cargos, identificação dos postos de trabalho, mapeamento de acessibilidade, sensibilização e capacitação das equipes de RH envolvidas.

Relatório da administração

Exercício social de 2008

Programa de Estágio

Em 2008, 36 jovens participaram do Programa de Estágio da CTEEP e dedicaram-se ao desenvolvimento de um projeto individual, que teve como objetivo trazer conhecimento para a Empresa ou contribuir para a melhoria de uma prática já existente.

10. PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é um dos mecanismos de geração e gestão de conhecimento empresarial e setorial da CTEEP. Desde 2001, com a assinatura do contrato de concessão, a Empresa atende à Lei 9.991, de 2000, que prevê a utilização de 0,4% da receita operacional líquida por parte das empresas do setor energia em projetos próprios de P&D.

Desde então, a CTEEP já investiu mais de R\$ 23 milhões no desenvolvimento de projetos finalizados ou em andamento. A verba disponível para novos ciclos é de R\$ 12,76 milhões. Em 2008, foram executados sete projetos plurianuais e 13 novos projetos, que integram o quinto ano do programa, ciclo 2005/2006, com investimentos de R\$ 5,11 milhões e resultados bem sucedidos como a melhoria do impacto nos processos da Empresa, além da parceria com 12 instituições de pesquisa e da participação de 19 gerentes de projeto. Em novembro de 2008, a Aneel aprovou a sexta edição do programa, ciclo 2006/2007, implantado em 1º de janeiro de 2009, que dará continuidade a seis projetos plurianuais já iniciados e a 10 novos projetos.

Investimentos em Projetos de P&D

Ciclo	R\$ milhões
2001/2002	3,21
2002/2003	3,56
2003/2004	2,21
2004/2005	4,43
2005/2006	5,11
2006/2007 (Começando em janeiro de 2009)	4,78
Subtotal Projetos (finalizados ou em andamento)	23,30
2007/2008 (Valor disponível)	5,07
2008/2009 (Valor disponível)	7,69
Total	12,76

11. AUDITORES INDEPENDENTES

Em entendimento à Instrução CVM nº 381/03, de 14 de janeiro de 2003, a CTEEP informa que não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não estejam relacionados com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, divulgadas e encaminhadas à Comissão de Valores Mobiliários.

12. ENCERRAMENTO E AGRADECIMENTOS

A Administração da CTEEP agradece ao seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidade, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2008. Agradece, ainda, de forma especial, ao seus colaboradores pela competência, empenho e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Balanço social

Bases de Cálculo		2008			2007		
Receita Líquida (RL)		1.564.068			1.315.414		
Resultado Operacional (RO)		842.979			804.313		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		161.280			211.579		
Indicadores Sociais Internos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	
Alimentação	5.886	3,6	0,4	7.716	3,6	0,6	
Encargos Sociais Compulsórios	30.687	19,0	2,0	43.754	20,7	3,3	
Previdência Privada	2.237	1,4	0,1	3.864	1,8	0,3	
Saúde	10.217	6,3	0,7	15.689	7,4	1,2	
Educação	2.108	1,3	0,1	3.326	1,6	0,3	
Auxílio Creche	102	0,1	-	120	0,1	-	
Participação nos lucros e resultados	10.722	6,6	0,7	15.721	7,4	1,2	
Outros	-	-	-	204	0,1	-	
Total	61.959	38,4	4,0	90.394	42,7	6,9	
Indicadores Sociais Externos	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	
Contribuições para a sociedade: educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome, segurança alimentar e outros							
	3.267	2,0	0,2	2.868	1,4	0,2	
Tributos (excluídos encargos sociais)							
	349.364	216,6	22,3	356.568	168,5	27,1	
Total	352.631	218,6	22,5	359.436	169,9	27,3	
Indicadores ambientais	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	Valor	% s/ FPB	% s/ RL	
Relacionados com operação da empresa							
	573.100	355,3	36,6	45	-	-	
Em programas e/ou projetos externos							
	168.247	104,3	10,8	311	0,1	-	
Total	741.347	459,7	47,4	356	0,2	-	
Indicadores do Corpo Funcional							
Empregados no final do exercício		1.327			1.290		
Admissões durante o exercício		99			83		
Empregados acima de 45 anos		366			326		
Mulheres empregadas		104			98		
% cargos de chefia ocupados por mulheres		18,8			18,8		
Empregados portadores de deficiência		1			1		
Informações Relevantes quanto ao Exercício da Cidadania Empresarial							
Relação entre a maior e a menor remuneração		43 vezes			42 vezes		
Total de acidentes de trabalho		4			14		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela Empresa foram definidos pela:		Direção e Gerências		Direção e Gerências			
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos pela:		Direção e Gerências		Direção e Gerências			
A previdência privada contempla		Todos os empregados		Todos os empregados			
A participação nos lucros e resultados contempla		Todos os empregados		Todos os empregados			
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Empresa:		São sugeridos		São sugeridos			
A participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a Empresa:		Apoia		Apoia			

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado

Ativo	Nota	2008	Controladora	Consolidado
			2007	2008
			Nota (2)	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	104.229	191.647	123.024
Clientes	5	299.329	183.055	299.329
Estoques		31.952	31.881	31.952
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	6	19.786	16.030	19.786
Tributos e contribuições a compensar	7	3.145	57.817	3.240
Benefício fiscal – ágio incorporado	8	28.832	-	28.832
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	11.315	8.224	11.315
Despesas pagas antecipadamente		2.884	3.813	2.917
Outros		27.545	16.910	31.942
		529.017	509.377	552.337
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Clientes	5	45.088	35.765	45.088
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	6	454.639	321.953	454.639
Benefício fiscal – ágio incorporado	8	176.743	-	176.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	76.648	60.805	76.648
Cauções e depósitos vinculados	10	51.860	49.794	51.860
Despesas pagas antecipadamente		-	4.844	-
Outros		2.407	7.556	2.407
		807.385	480.717	807.385
Investimentos	11	50.330	1	-
Imobilizado	12	4.158.514	4.082.403	4.234.614
Intangível	13	67.942	57.600	75.267
		5.084.171	4.620.721	5.117.266
Total do ativo		5.613.188	5.130.098	5.669.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado
		2008	2007	2008
			Nota (2)	
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	294.492	132.191	345.502
Fornecedores		32.889	29.150	36.291
Tributos e encargos sociais a recolher	15	19.171	58.706	19.476
Encargos regulatórios a recolher	16	36.528	33.122	36.528
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		233.272	42.413	233.272
Provisões	17	34.895	46.627	34.922
Valores a pagar – Fundação CESP	18	6.210	13.875	6.210
Outros		5.111	7.865	6.782
		662.568	363.949	718.983
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	14	511.286	400.713	511.286
Provisões	17	174.152	179.632	174.152
Valores a pagar – Fundação CESP	18	68.503	129.434	68.503
Obrigações especiais – reversão/amortização	19	24.053	24.053	24.053
Encargos regulatórios		2.805	-	2.805
Deságio	3 (m)	66.525	83.510	66.525
		847.324	817.342	847.324
Patrimônio líquido	20			
Capital social		1.000.000	462.000	1.000.000
Reservas de capital		2.286.374	2.592.369	2.286.374
Reservas de lucro		816.256	893.772	816.256
Adiantamento para futuro aumento de capital		666	666	666
		4.103.296	3.948.807	4.103.296
Total do passivo e do patrimônio líquido		5.613.188	5.130.098	5.669.603

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro. Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	2008	Controladora 2007
		Nota (2)	
Receita operacional bruta			
Receita de uso da rede elétrica	21 (a)	1.785.457	1.548.248
Outras receitas	21 (b)	16.982	15.046
		1.802.439	1.563.294
Deduções da receita operacional			
Tributos	22	(95.256)	(82.228)
Encargos regulatórios	22	(143.115)	(165.652)
		(238.371)	(247.880)
		1.564.068	1.315.414
Receita operacional líquida			
Custo dos serviços de operação	23	(311.453)	(313.158)
Lucro bruto		1.252.615	1.002.256
(Despesas) receitas operacionais			
Gerais e administrativas	23	(109.513)	(41.582)
Honorários da administração	23	(6.710)	(4.458)
Outras receitas, líquidas		2.934	78.210
Despesas financeiras	24	(338.930)	(271.549)
Receitas financeiras	24	45.517	119.646
Lucro operacional		845.913	882.523
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	25	(279.328)	(90.380)
Diferido	25	20.581	(175.397)
		587.166	616.746
Lucro antes da reversão dos juros sobre capital próprio			
Reversão dos juros sobre capital próprio		239.899	238.737
		827.065	855.483
Lucro líquido do exercício			
Quantidade de ações no final do exercício (em milhares)		149.285	149.285
Lucro por ação do capital social ao final do exercício – R\$		5,54017	5,73054

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Reserva de lucros						Lucros acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros			
Em 31/dezembro/2006	462.000	2.592.369	92.400	46.200	44.093	-	507.777	666	3.745.505
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(2.615)	-	2.615	-	-
Dividendos prescritos	-	-	-	-	-	-	314	-	314
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	855.483	-	855.483
Destinação do lucro:									
Dividendos (R\$ 0,001609317 por lote de mil ações)	-	-	-	-	-	-	(240.247)	-	(240.247)
Dividendos (R\$ 1,162283 por ação)	-	-	-	-	-	-	(173.511)	-	(173.511)
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,337140 por ação)	-	-	-	-	-	-	(199.615)	-	(199.615)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,262066 por ação)	-	-	-	-	-	-	(39.122)	-	(39.122)
Constituição da reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-	713.694	(713.694)	-	-
Em 31/dezembro/2007	462.000	2.592.369	92.400	46.200	41.478	713.694	-	666	3.948.807
Dividendos (R\$ 1,138762 por ação)	-	-	-	-	-	(170.000)	-	-	(170.000)
Capitalização de reservas	538.000	(538.000)	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(2.669)	-	2.669	-	-
Juros sobre o capital próprio prescritos	-	-	-	-	-	-	320	-	320
Reserva especial de ágio na incorporação da ISA									
Capital (Nota 20 (d))	-	232.005	-	-	-	-	-	-	232.005
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	827.065	-	827.065
Destinação do lucro:									
Constituição da reserva legal	-	-	41.353	-	-	-	(41.353)	-	-
Constituição da reserva estatutária	-	-	-	53.800	-	-	(53.800)	-	-
Dividendos intermediários R\$ 1,785926 por ação)	-	-	-	-	-	-	(266.612)	-	(266.612)
Juros sobre capital próprio (R\$ 1,606981 por ação)	-	-	-	-	-	-	(239.899)	-	(239.899)
Dividendos (R\$ 1,509870 por ação)	-	-	-	-	-	-	(228.390)	-	(228.390)
Em 31/dezembro/2008	1.000.000	2.286.374	133.753	100.000	38.809	543.694	-	666	4.103.296

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro. Em milhares de reais, exceto quando indicado

	2008	Controladora 2007	Consolidado 2008
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	827.065	855.484	827.065
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	180.288	172.662	180.288
Provisão para ajuste de estoque	-	349	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(20.581)	175.397	(20.581)
Provisão para contingências	59.941	(121.292)	59.941
Valor residual de ativo permanente baixado e doações	6.590	6.211	6.590
Amortização de deságio	(16.985)	(16.985)	(16.985)
Amortização de ágio	26.430	-	26.430
Juros e variações monetárias e cambiais sobre ativos e passivos	68.204	15.986	68.204
(Aumento) diminuição de ativos			
Clientes	(125.597)	(54.820)	(125.597)
Estoques	(71)	4.762	(71)
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(125.605)	(116.621)	(125.605)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.647	(15.727)	1.647
Tributos e contribuições compensáveis	54.672	30.279	54.577
Cauções e depósitos vinculados	(2.097)	19.943	(2.097)
Despesas pagas antecipadamente	5.773	3.388	5.817
Outros	(5.455)	(3.895)	(4.253)
Aumento (diminuição) de passivos			
Fornecedores	3.739	(105.817)	1.752
Tributos e encargos sociais a recolher	(39.535)	36.343	(39.394)
Encargos regulatórios a recolher	6.211	7.084	6.211
Provisões	(84.304)	(420.095)	(84.318)
Valores a pagar – Fundação CESP	(68.596)	(102.923)	(68.596)
Outros	(2.754)	3.785	(2.731)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	748.980	373.498	748.294
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	(262.989)	(439.211)	(289.611)
Intangível	(10.342)	(95)	(11.909)
Investimentos	(50.329)	(1)	(13.605)
Caixa da IEMG no momento da aquisição	-	-	1.364
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(323.660)	(439.307)	(313.761)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos e financiamentos			
Adições de empréstimos	560.376	531.184	569.958
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(359.392)	(6.627)	(359.392)
Dividendos pagos	(713.722)	(781.712)	713.722
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(512.738)	(257.155)	(503.156)
Diminuição líquida em caixa e equivalentes de caixa	(87.418)	(322.964)	(68.623)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	104.229	191.647	123.024
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	191.647	514.611	191.647
Variação em caixa e equivalentes de caixa	(87.418)	(322.964)	(68.623)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro. Em milhares de reais, exceto quando indicado

	Controladora	
Receitas	2008	2007
Operacionais	1.802.439	1.563.294
Não operacionais	3.131	78.445
	1.805.570	1.641.739
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(18.827)	(14.227)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(102.216)	(46.720)
	(121.043)	(60.947)
Valor adicionado bruto	1.684.527	1.580.792
Retenções		
Depreciação e amortização	(180.288)	(172.662)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.504.239	1.408.130
Recebido em transferência		
Receitas financeiras	45.517	119.646
Valor adicionado total a distribuir	1.549.756	1.527.776
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	(99.426)	(130.296)
Benefícios	(30.108)	(34.903)
Ajuste atuarial	68.390	96.814
F.G.T.S	(12.403)	(16.701)
	(73.547)	(85.086)
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(535.774)	(549.389)
Estaduais	(10.219)	(7.949)
Municipais	(1.063)	(1.431)
	(547.056)	(558.769)
Remuneração de capitais de terceiros		
Aluguéis	(7.356)	(5.428)
Juros e variações monetárias e cambiais	(94.732)	(23.010)
	(102.088)	(28.438)
Remuneração de Capitais Próprios		
Juros sobre capital próprio e dividendos	(734.901)	(652.495)
Lucros retidos	92.164	202.988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1. Objeto social

A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento, no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A Companhia é oriunda da cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 1º de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), constituída para operar no Brasil que, dessa forma, passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

Em 12 de setembro de 2006, a ISA Capital adquiriu mais 10.021.687 ações ordinárias de emissão da CTEEP, detidas pelo Estado de São Paulo, passando a deter 31.351.911.751 ações ordinárias.

Em 9 de janeiro de 2007, a ISA Capital adquiriu, por meio de leilão de oferta pública de aquisição de ações – OPA realizada na BOVESPA, nos termos do edital publicado em 4 de dezembro de 2006, 24.572.554.070 ações ordinárias de emissão da CTEEP, correspondentes a 39,28% do total dessa espécie de ações.

Em decorrência dessa aquisição, a ISA Capital passou a deter o equivalente a 89,40% do capital votante e 37,46% do capital total da CTEEP.

Assim, após o grupamento de ações realizado em 12 de julho de 2007 (Nota 20 c), de um total de 62.558.662 ações ordinárias, 55.924.465 são de propriedade da ISA Capital do Brasil S.A.

As ações da Companhia são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts – ADRs” – Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BOVESPA. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA – IBOVESPA, também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2. Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Concessionária	Part. (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Receita Anual	
					R\$ mil	Mês Base
059/2001	CTEEP	-	20	07/07/15	1.855.698	07/08
143/2001	CTEEP	-	30	20/12/31	13.436	07/08
004/2007	IEMG (Nota 11)	60	30	19/04/37	11.729	06/08
001/2008	IENNE (Nota 11)	100	30	16/03/38	28.940	11/07
012/2008	IEPinheiros (Nota 11)	100	30	16/10/38	6.104	06/08
013/2008	IESul (Nota 11)	100	30	16/10/38	3.675	06/08
015/2008	Pinheiros (Nota 11)	100	30	16/10/38	10.322	06/08
016/2008	IESul (Nota 11)	100	30	16/10/38	6.616	06/08
018/2008	Pinheiros (Nota 11)	100	30	16/10/38	2.622	06/08

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 059/2001 – ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital do Brasil S.A. e a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (Colômbia) comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

O Consórcio Madeira Transmissão, do qual a Companhia participa com 51%, arrematou os seguintes lotes do leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	RAP Lance (R\$)	Investimentos Estimados ANEEL (R\$)	Prazo (meses)
DC	Linha de Transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 01, em CC, 2375 Km	176.249.000	1.735.000.000	36
FC	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	151.788.396	1.240.900.000	50

Em 18 de dezembro de 2008, foi constituída a Interligação Elétrica do Madeira S.A. com o objetivo de explorar as instalações referentes a esses lotes.

1.3. Reestruturação Societária

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2008, foi aprovada a reestruturação societária envolvendo a CTEEP, a ISA Capital e a ISA Participações do Brasil Ltda. (“ISA Participações”). A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) autorizara essa reestruturação através da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007. Essa reestruturação societária teve por objetivo melhorar as condições de capitalização e de fluxo de caixa, em razão do aproveitamento do benefício fiscal na CTEEP, no montante de R\$ 232.005, relativo ao ágio pago pela ISA Brasil no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP, e incluiu as seguintes fases:

- (a) Aporte de capital da ISA Capital em uma empresa veículo, a ISA Participações, com a conferência das ações detidas no capital social da CTEEP, ao capital social da ISA Participações.
- (b) Constituição na ISA Participações de provisão no montante de R\$ 450.363, correspondente à diferença entre o valor do ágio pago R\$ 682.368 e o valor do benefício fiscal R\$ 232.005.
- (c) Incorporação pela CTEEP do acervo líquido da ISA Participações, no montante de R\$ 232.005, representado pelo valor do benefício fiscal anteriormente mencionado, o qual, de acordo com o requerido na Instrução CVM nº 319/99, foi registrado em contrapartida da conta de reserva especial de ágio na incorporação, constante no patrimônio líquido.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de março de 2009.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, modificada pela Lei nº 9.457/97, pela Lei nº 10.303/01, pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449); as normas e regulamentos da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”); pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e as normas de legislação específicas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas da Companhia, bem como a divulgação de informações sobre dados de suas demonstrações contábeis.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa, para contingências e para o Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, alterada pela Medida Provisória – MP nº 449, de 4 de dezembro de 2008, que modificaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações. Essa Lei e MP tiveram, como principal objetivo, atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade, que são emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

A aplicação da referida Lei e MP é obrigatória para as demonstrações financeiras anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As mudanças na Lei das Sociedades por Ações trouxeram os seguintes principais impactos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- (a) Reclassificação: gastos ativados e registrados no ativo diferido relacionados à implantação do SAP foram reclassificados para o ativo intangível.
- (b) O grupo resultado de exercícios futuros foi reclassificado e passou a compor o grupo de passivo não circulante.
- (c) Os custos de emissão das Notas Promissórias foram registrados deduzindo o valor de captação e serão apropriados ao resultado no prazo da transação.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC nº 13, a Companhia estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2007. A análise dessas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007 não indicou a necessidade de ajustes por conta das modificações introduzidas pela referida legislação, exceto o valor referente às benfeitorias realizadas em propriedades de terceiros que foram apresentadas no ativo diferido destas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007, foram reclassificadas para o ativo imobilizado.

Adicionalmente, para melhor comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício corrente, os valores referentes à Parcela de Ajuste (PA), que em 31 de dezembro de 2007 foram apresentados no passivo circulante e não circulante nos montantes de R\$ 33.344 e R\$ 16.665, respectivamente, foram reclassificados reduzindo o saldo a receber de clientes.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, de forma condizente com as normas expedidas pela CVM; incluem as demonstrações financeiras da CTEEP e suas controladas:

	Data base das demonstrações financeiras	Participação %	
		2008	2007
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A (IEMG)	31/12/08	60	-
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A (IENNE)	31/12/08	25	100
Interligação Elétrica Pinheiros S.A (IEPIN)	31/12/08	100	-
Interligação Elétrica do Sul S.A (IESUL)	31/12/08	100	-

Todas as controladas encontravam-se em fase pré-operacional na data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Por esse motivo, não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado e do valor adicionado consolidados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

■ Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem.

■ Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

■ Ativos mantidos até o vencimento

São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

(ii) Instrumentos derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui política de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

(d) Clientes

Inclui os valores faturados relativos ao uso dos sistemas de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica e empresas ligadas a esses sistemas (Nota 5), com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias, não havendo necessidade de ajuste a valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valores considerados de improvável realização na data dos balanços patrimoniais.

(e) Estoques

Os materiais em almoxarifado são avaliados e registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao valor de reposição.

(f) Investimentos

Enquanto em fase pré-operacional, são avaliados pelo método de custo. Após, serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

(g) Imobilizado

Os elementos integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção; corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995; acrescidos da remuneração do capital próprio até 31 de dezembro de 1998, dos encargos financeiros, das variações monetárias e cambiais dos empréstimos e financiamentos vinculados às imobilizações em curso e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 12, que consideram o tempo de vida útil estimado dos bens, em conformidade com o órgão Regulador.

(h) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes têm seu valor recuperável analisado anualmente, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos. Os contratos de concessão preveem uma indenização para o ativo imobilizado ao final do prazo da concessão. Os critérios para cálculo dessa indenização ainda não foram definidos pelo Poder Concedente. No entanto, é entendimento da Administração e de seus assessores legais que o valor dessa indenização se aproxime ao valor residual do ativo imobilizado naquela data.

(i) Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

(j) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

(k) Provisões

Constituídas com base na avaliação de risco de perda sobre ações em andamento, embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos contratados pela Companhia.

(l) Imposto de renda e contribuição social

São apurados observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro líquido, ajustado pela inclusão de despesas não dedutíveis, exclusão de receitas não tributáveis e inclusão e/ou exclusão de diferenças temporárias.

(m) Deságio

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE – Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos – CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP – Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001. As amortizações desse deságio são efetuadas mensalmente, de forma linear, pelo período de concessão da então EPTE, cujo vencimento ocorrerá em dezembro de 2012.

(n) Benefícios a funcionários

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica a seus empregados, administrados pela Fundação CESP. Os passivos atuariais foram calculados adotando o método do crédito unitário projetado, conforme previsto na Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(o) Encargos financeiros e variações monetárias/cambiais

Em virtude do disposto na Instrução Contábil 6.3.10, item 4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e as variações monetárias/cambiais, referentes aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, compõem os custos registrados nesse subgrupo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008
Caixa e bancos	7.166	13.767	6.958
Aplicações financeiras	97.063	177.880	116.066
	104.229	191.647	123.024

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, com rentabilidade atrelada à variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro – CDI e possuem liquidez diária.

5. CLIENTES – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Os clientes da Companhia são as concessionárias/permissionárias de serviço público de energia elétrica e consumidores livres, conectados aos ativos da Companhia.

	2008		2007	
	Não		Total	Total
	Circulante	circulante	Total	Total
Rede básica	279.635	45.068	324.703	196.661
Demais instalações de transmissão – DIT	19.694	20	19.714	22.159
	299.329	45.088	344.417	218.820

As contas a receber de clientes são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e estão assim distribuídas por vencimento:

	2008	2007
A vencer	283.541	206.598
Vencidos		
até 30 dias	3.315	46
de 31 a 60 dias	3.191	12
há mais de 61 dias	54.370	12.164
	60.876	12.222
	344.417	218.820

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia assinou termo de confissão de dívida e acordo de pagamento com distribuidoras que apresentavam contas a receber vencidas. Este acordo prevê o recebimento do saldo em 36 parcelas.

6. VALORES A RECEBER – SECRETARIA DA FAZENDA – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2008		2007	
	Não		Total	Total
	Circulante	circulante	Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (i)	16.575	38.778	55.353	60.829
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (ii)	-	309.811	309.811	193.101
Alienação de imóvel (iii)	3.211	8.295	11.506	12.643
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (iv)	-	97.755	97.755	71.410
Salário-família – Lei 4.819/58 (v)	-	2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.218)	(2.218)	(2.218)
	19.786	454.639	474.425	337.983

(i) Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações

Em 2 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Neste documento, o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58. O montante então confessado está atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo – UFESP, e, a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 1º de agosto de 2002 e término previsto para 1º de julho de 2012.

(ii) Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58

O montante de R\$ 309.811 refere-se ao saldo remanescente do processamento da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, sendo R\$ 1.426 através de liminares individuais no período de janeiro a agosto de 2005

e R\$ 308.385 no período de setembro de 2005 a dezembro de 2008 por força de decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, cujos pagamentos são efetuados pela Fundação CESP, mediante parte dos recursos recebidos do Governo do Estado e repassados pela Companhia (Nota 32 (c)). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

(iii) Alienação de imóvel

Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 1º de agosto de 2002 e término previsto para 1º de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.

(iv) Processos trabalhistas – Lei 4.819/58

Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas a empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.

(v) Salário-família – Lei 4.819/58

A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia, quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$ 2.218.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008
Imposto de renda	760	40.710	760
Contribuição social	486	14.862	486
COFINS	798	1.091	798
PIS	249	353	249
Outros	852	801	947
	3.145	57.817	3.240

8. BENEFÍCIO FISCAL – ÁGIO INCORPORADO DA CONTROLADORA – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP (Nota 1.3) tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas demonstrações contábeis, o valor líquido total de R\$ 205.575, que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo circulante e no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

A movimentação em 2008 é a seguinte:

	Ágio	Provisão	Líquido
Saldos incorporados			
(31/01/08)	682.368	(450.363)	232.005
Realização no exercício	(77.734)	51.304	(26.430)
Saldo em 31/12/2008	604.634	(399.059)	205.575
Ativo circulante			28.832
Ativo não circulante			176.743

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$ 689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção anual de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Ano	Amortização – % a.a.		
	Contrato de concessão		Total
	059/2001	143/2001	
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

Referem-se aos créditos fiscais sobre as diferenças temporárias na apuração do resultado tributável, substancialmente provisão para contingências e Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

	2008		2007	
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Total
Provisão para contingências	43.036	15.493	58.529	54.457
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	4.654	1.676	6.330	13.822
Deságio	16.631	5.987	22.618	
Outros	357	129	486	750
	64.678	23.285	87.963	69.029
Circulante			11.315	8.224
Não circulante			76.648	60.805

A realização desses créditos, tanto de curto como de longo prazo, ocorrerá na proporção da finalização das contingências e dos demais eventos relacionados, assim estimada:

	a partir de					
	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	13%	8%	7%	6%	-	66%

10. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

No ativo realizável a longo prazo, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	2008	2007
Autuações – ANEEL (a)	6.317	6.317
Depósitos judiciais (Nota 17 (b))	45.319	43.278
Contribuição provisória sobre movimentação financeira – CPMF	199	199
Outros	25	-
	51.860	49.794

(a) Referem-se a dois depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL lavradas em decorrência de perturbações verificadas no sistema de transmissão em fevereiro de 1999 e janeiro de 2002. O primeiro, efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado. O segundo, efetuado em 17 de junho de 2003, no valor de R\$ 3.277, resultante da lavratura do auto de infração 005/2002-SFE, em 7 de maio de 2002, em consequência de processo administrativo punitivo instaurado pela ANEEL, pelo rompimento, em 21 de janeiro de 2002, de um subcondutor de linha de transmissão de 440 kV entre as subestações da Companhia na Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira e Araraquara. Os advogados da Companhia entendem não ser praticável determinar se a posição desta em ambos os casos prevalecerá.

11. INVESTIMENTOS

(a) Informações sobre investimentos

	Participação – %	2008	2007
Interligação Elétrica Norte			
Nordeste S.A. (IENNE)	25,0	15.251	1
Interligação Elétrica de			
Minas Gerais S.A. (IEMG)	60,0	26.779	-
Interligação Elétrica			
Pinheiros S.A. (IEPIN)	100,0	6.650	-
Interligação Elétrica			
Sul S.A. (IESUL)	100,0	1.650	-
		50.330	1

IENNE

A IENNE foi constituída em 3 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV.

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 533,6 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 28,9 milhões, base novembro de 2007.

A entrada em operação está prevista para dezembro de 2009.

Em 10 de junho de 2008, a Companhia publicou fato relevante comunicando a protocolização, junto à ANEEL, de pedido de autorização para admitir, como acionistas da IENNE, a Isolux Energia e Participações S.A. (“Isolux”) e a Cymi Holding S.A. (“CYMI”).

Após a realização dessa transação, condicionada à aprovação da ANEEL e celebração dos contratos pertinentes, a estrutura de capital de IENNE passou a ser:

	Participação no capital social
Acionista	
CTEEP	25%
CYMI	25%
Isolux	50%

IEMG

Em 3 de julho de 2008, a Companhia publicou fato relevante informando que a ANEEL havia deliberado, na 25ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria, realizada em 1º de julho de 2008, pela aprovação do pedido de reestruturação societária da IEMG. Em 31 de julho de 2008 foi celebrado contrato em que a Companhia comprou a participação da ISA no capital social da IEMG, correspondente a 60%.

A IEMG é adjudicatária de Contrato de Concessão para a exploração do serviço público de transmissão relativo à Linha de Transmissão Neves 1 – Mesquita, em 500 kV, localizada no Estado de Minas Gerais, conforme Leilão nº 005/2006, promovido pela ANEEL. Em 19 de dezembro de 2008, a IEMG iniciou suas operações em caráter de teste, aguardando Termo de Liberação para operação em regime comercial. A RAP é de R\$ 11,7 milhões, base junho de 2008.

IEPinheiros

A IEPinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 da ANEEL (Nota 1.2). A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2010, ou seja, 18 meses após a assinatura do contrato.

IESUL

A IESUL foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL (Nota 1.2). A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer no 2º trimestre de 2010, ou seja, 18 meses após a assinatura do contrato.

(b) Movimentação dos investimentos

	IENNE	IEMG	IEPIN	IESUL	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006					
Integralização de capital	1	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1	-	-	-	1
Integralização de capital	15.250	13.174	6.650	1.650	36.724
Aquisição de participação	-	13.605	-	-	13.605
Saldos em 31 de dezembro de 2008	15.251	26.779	6.650	1.650	50.330

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

12. IMOBILIZADO

O imobilizado está constituído da seguinte forma:

	2008			Controladora 2007	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Taxas médias anuais de depreciação – %
Em serviço					
Terrenos	44.365		44.365	44.538	
Edificações, obras civis e benfeitorias	584.146	(379.823)	204.323	215.989	3,64%
Máquinas e equipamentos	5.740.518	(2.588.506)	3.152.012	2.859.243	2,96%
Veículos	10.897	(10.613)	284	879	20,00%
Móveis e utensílios	23.528	(15.335)	8.193	9.824	10,00%
	6.403.454	(2.994.277)	3.409.177	3.130.473	
Em curso	778.104	-	778.104	967.998	
Obrigações especiais					
Doações recebidas	(28.767)	-	(28.767)	(16.068)	
	7.152.791	(2.994.277)	4.158.514	4.082.403	

Imobilizado em curso, refere-se, substancialmente, às obras de expansão em andamento do sistema de transmissão de energia elétrica.

Todas as controladas encontram-se em fase pré-operacional e, portanto, o ativo imobilizado correspondente, no total de R\$ 76.100, está classificado como “em curso”.

Obrigações especiais estão representadas por bens recebidos de concessionários do serviço público de energia elétrica e clientes, para a realização de investimentos na concessão.

Os contratos de concessão preveem uma indenização para o ativo imobilizado ao final do prazo da concessão. Os critérios para cálculo dessa indenização ainda não foram definidos pelo Poder Concedente.

No entanto, é entendimento da Administração e de seus assessores legais que o valor dessa indenização se aproxime ao valor residual do ativo imobilizado naquela data.

Por esse motivo, a Companhia adota as taxas anuais de depreciação determinadas pela ANEEL, atualizadas de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 44 de 17 de março de 1999 e revogada pela Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, para os ativos de uso e características semelhantes no âmbito da distribuição e da transmissão de energia elétrica.

Ainda com base nesse entendimento, embora não tenha identificado indícios de perda do valor recuperável de seus ativos, a Companhia preparou, de acordo com a metodologia estabelecida pelo CPC nº 01, estudo de recuperabilidade considerando, no fluxo de caixa descontado, o valor de livros dos ativos reversíveis.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e as instalações utilizados na transmissão são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação desses recursos nas atividades próprias da concessão.

13. INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008
Faixas de servidão	57.449	57.449	64.774
Implantação ERP – SAP	10.342	-	10.342
Outros	151	151	151
	67.942	57.600	75.267

Faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como são permanentes não há amortização. Implantação ERP inclui todos os gastos incorridos no projeto de estruturação do SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado. O projeto teve início em abril de 2008 e sua conclusão está prevista para fevereiro de 2009, quando será iniciada sua amortização.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As composições dos saldos de empréstimos e financiamentos a pagar como segue:

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008
Moeda nacional			
BNDES (a)	606.169	402.058	606.169
Notas Promissórias (b)	199.068	-	199.068
Eletrobrás	541	592	541
Banco Bradesco (c)	-	-	51.010
Banco Safra	-	50.173	-
Banco Alfa	-	70.000	-
Banco do Brasil	-	10.081	-
	805.778	532.904	856.788
Circulante	294.492	132.191	345.502
Não circulante	511.286	400.713	511.286

(a) Em 17 de setembro de 2007, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 764,2 milhões, reduzido para R\$ 602,2 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos e faz parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008. Em 25 de outubro de 2007, foram liberados R\$ 400 milhões, em 25 de fevereiro de 2008, R\$ 120 milhões e em 29 de maio de 2008 foram liberados R\$ 82,2 milhões. Sobre este empréstimo incidem encargos mensais de 2,3% a.a., acima da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. A amortização dar-se-á em 78 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009. Até o início da amortização os juros são pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,70% a.a., com vencimentos trimestrais.

Em 18 de novembro de 2008, a Companhia assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 329,1 milhões, cujas primeiras liberações são esperadas ainda para o primeiro semestre de 2009. O valor destina-se a cobrir os investimentos em reforços, modernizações do sistema existente e novas conexões a serem efetuadas entre 01/09 e 03/10. Os encargos correspondem à TJLP acrescida de 1,8% a.a. A amortização será em 54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia, serão contratadas fianças bancárias.

(b) As Notas Promissórias foram emitidas em 9 de dezembro de 2008, no montante de R\$ 200 milhões com vencimento em 17 de junho de 2009. Os encargos nominais correspondem a 120% do CDI. Em conformidade com o CPC 08, os custos de emissão dessas Notas Promissórias, no montante de R\$ 1.908, foram registrados deduzindo o valor da captação e serão apropriados ao resultado no prazo da transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

(c) Refere-se a contrato de capital de giro assinado em 25 de fevereiro de 2008 pela controlada IEMG, cujas liberações ocorreram na data de assinatura do contrato e em 28 de agosto de 2008, todos com amortização em uma única parcela a vencer em 25 de fevereiro de 2009. Os encargos incidentes sobre essas operações são pagos semestralmente e correspondem ao CDI acrescido de 0,8581% a.a. Como garantia foi oferecida carta de fiança.

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	2008	2007
2009	-	61.633
2010	92.940	61.633
2011	92.940	61.633
2012	92.940	61.633
Após 2012	232.466	154.181
Total	511.286	400.713

15. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008
Imposto de renda	722	30.526	760
Contribuição social	270	10.820	338
COFINS	6.121	5.575	6.127
PIS	1.328	1.327	1.329
Programa Bolsa-Estudos (a)	2.786	3.241	2.786
INSS	2.385	2.419	2.496
FGTS	874	882	875
Outros	4.685	3.916	4.765
	19.171	58.706	19.476

(a) Refere-se a obrigações assumidas pela Companhia, em acordo firmado com os sindicatos, com vistas a reembolsar seus empregados de custos da conclusão de sua formação no ensino fundamental, médio e superior.

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS A RECOLHER – CONTROLADORA E CONSOLIDADO

	2008		2007	
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Pesquisa e desenvolvimento				
– P&D	20.363	-	20.363	14.367
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	3.041	-	3.041	6.026
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	2.804	-	2.804	5.490
Reserva global de reversão – RGR	7.927	2.805	10.732	4.600
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	1.774	-	1.774	2.091
Taxa de fiscalização – ANEEL	619	-	619	548
	36.528	2.805	39.333	33.122

17. PROVISÕES

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008
Férias e encargos sociais	12.040	8.606	12.067
Participação nos lucros e resultados – PLR	7.991	9.290	7.991
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	18.304	40.651	18.304
Indenizações diversas	313	4.544	313
Contingências	170.399	163.168	170.399
	209.047	226.259	209.074
Circulante	34.895	46.627	34.922
Não circulante	174.152	179.632	174.152

(a) Programa de Desligamento Voluntário – PDV

A Companhia, que contava com 2.737 empregados em 31 de outubro de 2006, aprovou Programa de Desligamento Voluntário – PDV com período de adesão de 21 a 30 de novembro de 2006, obtendo 1.534 adesões.

Em decorrência desse fato, houve 1.521 desligamentos de empregados sendo 323 em 2006, 1.163 em 2007 e 36 em 2008, nos montantes equivalentes a R\$ 78.979, R\$ 356.000 e R\$ 22.347, respectivamente.

(b) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	2008			2007		
	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos Judiciais	Líquido
Trabalhistas (i)	139.917	(19.728)	120.189	139.079	(16.302)	122.777
Cíveis	2.741	-	2.741	4.926	-	4.926
Fiscais – IPTU (ii)	16.677	-	16.677	11.094	-	11.094
Fiscais – COFINS (iii)	-	(17.348)	(17.348)	-	(18.907)	(18.907)
Previdenciárias – INSS (iv)	8.197	(8.243)	(46)	8.069	(8.069)	-
ANEEL (v)	2.867	-	2.867	-	-	-
	170.399	(45.319)	125.080	163.168	(43.278)	119.890

Os depósitos judiciais estão registrados no ativo circulante e não circulante na rubrica “cauções e depósitos vinculados”.

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possível, no montante estimado de R\$ 49.366 (2007 – R\$ 31.282), concentradas em trabalhistas, para as quais não foi constituída provisão.

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE.

(ii) Fiscais – IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura municipal de São Paulo, relacionados a processos administrativos de regularização de áreas, no montante de R\$ 16.677. Os débitos junto à prefeitura de São José dos Campos, em decorrência da Lei Complementar nº 335/07, foram negociados com aquela prefeitura e quitados por R\$ 39.141, com abatimento de R\$ 21.740, registrado como ganho na rubrica “despesas gerais e administrativas”.

(iii) COFINS

A Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da majoração da alíquota e a ampliação da base de cálculo da COFINS, no montante de R\$ 27.392 e R\$ 11.132, respectivamente. A Companhia obteve desfecho favorável no que diz respeito à ampliação da base de cálculo e desfavorável com relação à majoração da alíquota.

Nesse sentido, durante o terceiro trimestre de 2007, a Companhia reverteu a parcela da provisão relativa à ampliação da base de cálculo, em contrapartida do resultado, e a parcela referente à majoração da alíquota foi revertida, em contrapartida do depósito judicial correspondente. A Companhia já iniciou processo para levantamento do depósito judicial que, atualizado, corresponde à R\$ 18.907.

(iv) Previdenciárias – INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, quanto a de vale-refeição, lanche matinal e cesta-básica, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. Consequentemente, a Administração deliberou pela constituição de provisão, efetuando o respectivo depósito judicial no montante de R\$ 8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica “Cauções e depósitos vinculados”.

(v) ANEEL

A Companhia foi notificada pela ANEEL pelo não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004 com multa no valor de R\$ 1.981, e pelo não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos – Anhanguera, autorizado pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005 com multa no valor de R\$ 886, perfazendo o total de R\$ 2.867 em 31 de dezembro de 2008.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

18. VALORES A PAGAR – FUNDAÇÃO CESP

Com base na avaliação elaborada por atuários independentes para apuração da obrigação atuarial, a Companhia registrou, no resultado do exercício, ganho no montante de R\$ 68.390. Desta forma, o saldo do passivo apresentado representa a obrigação atualizada da Companhia referente aos planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP.

(a) Plano “A” – complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (Nota 32).

(b) Plano “B” e “B1” – suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 1 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 1 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido – BD e 30% como Contribuição Definida – CD. Na data da aposentadoria, o Plano de Benefícios de Contribuição Definida – CD torna-se de Benefício Definido – BD.

(c) Plano PSAP – Transmissão Paulista

Em 1 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP – Transmissão Paulista.

(d) Demonstrativo – Deliberação CVM 371/00

As principais informações econômico-financeiras do plano PSAP – Transmissão Paulista – BD (CTEEP/EPTE), em atendimento à NPC 26, referendada pela Deliberação CVM 371, de 13 de dezembro de 2000 e, com base nos pareceres atuariais são as seguintes:

(i) Conciliação dos ativos e passivos

	2008	2007
Valor justo do ativo	1.790.191	1.774.274
Total do passivo atuarial	(1.517.603)	(1.506.892)
Ganhos a serem reconhecidos em exercícios futuros	(341.091)	(396.816)
Passivo líquido	(68.503)	(129.434)

(ii) Movimentação do ativo do plano

	2008	2007
Valor justo do ativo no início do exercício	1.774.274	1.501.836
Contribuições do empregador	1.697	10.244
Contribuições do empregado	2.651	2.900
Retorno dos investimentos	113.516	361.421
Benefícios pagos	(101.947)	(122.242)
Transferência de contribuição definida para benefício definido	-	20.115
Valor justo do ativo no final do exercício	1.790.191	1.774.274

(iii) Movimentação do passivo atuarial

	2008	2007
Valor presente da obrigação atuarial líquida no início do exercício	1.506.892	1.428.775
Custos dos serviços correntes	7.233	8.284
Custos dos juros	154.306	146.307
Ganho/perda atuarial	(48.881)	25.653
Benefícios pagos	(101.947)	(122.242)
Transferência de contribuição definida para benefício definido	-	20.115
Valor presente da obrigação atuarial líquida no final do exercício	1.517.603	1.506.892

(iv) Participantes dos planos

	2008	2007
Ativos	1.403	1.542
Inativos		
Aposentados	1.719	1.534
Aposentados por invalidez	31	30
Pensionistas	74	71
	1.824	1.635
	3.227	3.177

(v) Premissas atuariais utilizadas

	2008	2007
Taxa de desconto do valor presente do passivo atuarial	11,00%	10,24%
Taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano	11,50%	11,28%
Taxa de crescimento salarial futuro	7,12%	7,12%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%
Tábua geral de mortalidade	AT-83	AT-83
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49	AT-49

19. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS – REVERSÃO/AMORTIZAÇÃO

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 é de R\$ 1.469.090, sendo R\$ 615.696 em ações ordinárias e R\$ 853.394 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

Em 5 de dezembro de 2008, o Conselho de Administração deliberou sobre o aumento do capital social integralizado da Companhia em R\$ 538.000, mediante a capitalização de parte da reserva de capital – “Subvenções para Investimentos – CRC”.

Com o referido aumento, o capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2008 totaliza R\$ 1.000.000 (2007 – R\$ 462.000), dividido em 149.285.034 ações (2007 – 149.285.034), sendo 62.558.662 (2007 – 62.558.662) ordinárias e 86.726.372 preferenciais (2007 – 86.726.372), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reunião extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2008, o Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 170.000, correspondente a R\$ 1,138762 por ação, com início do pagamento em 11 de fevereiro de 2008. O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

Data	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	por ação	Total	por ação	
10/03/08	61.531	0,412171	-	-	18/04/08
09/04/08	-	-	67.000	0,448806	18/04/08
30/06/08	58.311	0,390604	145.000	0,971297	17/07/08
30/09/08	60.388	0,404516	54.612	0,365823	17/10/08
05/12/08	59.669	0,399690	-	-	30/12/08
	239.899	1,606981	266.612	1,785926	

O estatuto social da Companhia prevê dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$ 100 milhões, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

	2008
Lucro líquido do exercício	827.065
Constituição da reserva legal	(41.353)
Realização da reserva de lucros a realizar	2.669
Dividendos prescritos	320
Base de cálculo de dividendos	788.701
Juros sobre capital próprio	(239.899)
Dividendos intermediários	(266.612)
Constituição da reserva estatutária	(53.800)
Destinação para dividendos	228.390

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Do montante destinado a dividendos, conforme mencionado na nota 33, R\$ 122.500 foram pagos em janeiro de 2009.

(c) Grupamento de ações

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE realizada em 12 de julho de 2007, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2007 referente ao grupamento de ações da Companhia, atribuindo-se 1 (uma) nova ação em substituição a cada grupo de 1.000 (mil) ações de cada espécie existente.

O grupamento não implicou em alteração do valor do capital social da Companhia e teve a finalidade de padronizar os parâmetros de negociação adotados pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, que está orientando as companhias abertas a adotarem a cotação unitária de suas ações e não mais a cotação em lotes de mil ações, objetivando propiciar melhores condições para negociação das ações.

(d) Reservas de capital

	2008	2007
Subvenções para investimento – CRC	1.264.084	1.802.084
Remuneração das imobilizações em curso (i)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais – FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação	232.005	-
	2.286.374	2.592.369

(i) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(e) Reservas de lucro

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social, totaliza, em 31 de dezembro de 2008, R\$ 133.753, em decorrência do aumento do capital social integralizado em 5 de dezembro de 2008 (Nota 20 (a)) (2007 – R\$ 92.400).

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição dessa reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social. Em 31 de dezembro de 2008, em decorrência do aumento do capital social integralizado, houve apropriação de R\$ 53.800, totalizando R\$ 100.000 (2007 – R\$ 46.200).

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995. Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de “Lucros acumulados”, mensalmente.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foi destinada a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

21. RECEITA OPERACIONAL

(a) Receita de uso da rede elétrica

A receita de uso da rede elétrica da Companhia, acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, alcançou R\$ 1.785.457 (2007 – R\$ 1.548.248). Essas receitas são compostas como segue:

	2008	2007
Rede básica		
Ativos existentes	1.182.807	1.062.440
Novos investimentos	315.580	236.746
Superávit	19.198	11.270
Parcela de ajuste	51.777	11.799
Parcela variável	(782)	-
	1.568.580	1.322.255
Demais instalações de transmissão – DIT		
Ativos existentes	103.532	74.951
Novos investimentos	28.227	22.722
Parcela de ajuste	(560)	8.751
	131.199	106.424
Encargos		
Conta de consumo de combustível – CCC	35.539	62.163
Conta de desenvolvimento energético – CDE	38.801	46.195
PROINFA	11.338	11.211
	85.678	119.569
	1.785.457	1.548.248

(i) **Receita anual permitida – RAP da subestação Miguel Reale**

Em dezembro de 2002, a ANEEL autorizou a CTEEP a implementar o projeto “Ampliação da Subestação Miguel Reale”, cujo valor de investimento utilizado para o cálculo das parcelas de RAP foi de R\$ 323.236.

Em setembro de 2004, a ANEEL executou fiscalização com a finalidade de validar os valores dos investimentos realizados na mencionada obra, concluindo que os valores desses investimentos deveriam ser reduzidos, para fins de fixação de nova parcela de RAP, retroativamente a julho de 2004, no montante de R\$ 232.164.

Em decorrência da redução dos investimentos do mencionado projeto, a correspondente parcela anual da RAP, a partir de julho de 2005, foi então reduzida em R\$ 32.251. A Companhia considera impropriedade essa redução e pleiteou junto à ANEEL, através do Ofício OF/F/2828, de 8 de julho de 2005, sua reposição.

Em 2 de março de 2006, por meio do Ofício 321/2006 – SFF/ANEEL, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL encaminhou o Relatório de Acompanhamento da Fiscalização – RAP, que analisou o pleito da CTEEP e manteve o posicionamento inicial daquela Superintendência.

Em 23 de março de 2006, por meio do Ofício OF/F/1372/2006, a CTEEP apresentou Recurso Administrativo junto à ANEEL, solicitando a revisão do posicionamento daquela Superintendência.

(ii) **Revisão periódica da receita anual permitida – RAP**

Em conformidade com o Contrato de Concessão nº 59, assinado em 20 de junho de 2001 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida – RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999, com o objetivo de promover a eficiência e a modicidade tarifária, conforme metodologia aprovada pela Resolução Normativa nº 257, de 6 de março de 2007.

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, reduzindo a Receita Anual Permitida – RAP em 26,15%, a ser aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações – RBNI e Demais Instalações Novos Investimentos – RCDM vigentes em 1º de julho de 2005. O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação, a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 66.688, está sendo compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

Os efeitos referentes ao período de 1º de julho de 2007 a 30 de junho de 2008 e ao período de 1º de junho de 2008 a 30 de junho de 2009 foram considerados nas Resoluções Homologatórias nº 496/07 e nº 670/08, respectivamente.

(iii) **Parcela Variável – PV**

A Parcela Variável – PV consiste na aplicação de penalidade decorrente de ineficiência operacional. A RAP da CTEEP é sujeita a uma PV, calculada de acordo com a indisponibilidade das instalações e de ocorrências de desligamentos no período. Está prevista nos Contratos de Concessão e encontra-se regulamentada pela Resolução Normativa nº 270, de 9 de julho de 2007.

(iv) **Reajuste anual da receita**

Em 27 de junho de 2008, foi publicada a Resolução Homologatória nº 670, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009.

De acordo com a citada Resolução, a Receita Anual Permitida – RAP da CTEEP, que era de R\$ 1.478.456 em 1º de julho de 2007, passou para R\$ 1.869.134 em 1º de julho de 2008, apresentando um acréscimo de R\$ 390.672, equivalente a 26,42%.

A receita vigente a partir de 1º de julho de 2008 a 30 de junho de 2009 apresenta a seguinte composição:

	Contrato de Concessão		
	059	143	Total
Rede básica			
Ativos existentes	1.048.944	-	1.048.944
Novos investimentos	301.005	13.436	314.441
	1.349.949	13.436	1.363.385
Demais instalações de transmissão – DIT			
Ativos existentes	305.970	-	305.970
Novos investimentos	39.257	-	39.257
	345.227	-	345.227
Parcela de ajuste	160.822	(300)	160.522
	1.855.998	13.136	1.869.134

(b) **Outras receitas operacionais**

	2008	2007
Aluguéis	10.877	10.613
Prestação de serviços	6.105	4.433
	16.982	15.046

A receita de aluguel refere-se à operação junto à empresa de telefonia fixa e a prestação de serviços está relacionada à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

22. DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

	2008	2007
Tributos sobre a receita		
COFINS	77.887	64.723
PIS	15.747	17.283
Outros	1.622	222
	95.256	82.228
Encargos regulatórios		
Conta de consumo de combustível – CCC	32.306	56.413
Conta de desenvolvimento energético – CDE	35.272	41.922
Reserva global de reversão – RGR	50.314	35.706
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	14.934	21.437
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa – PROINFA	10.289	10.174
	143.115	165.652
	238.371	247.880

23. CUSTOS DOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

			2008	2007
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(59.949)	(33.983)	(93.932)	(114.578)
Serviços	(51.162)	(26.240)	(77.402)	(71.022)
Depreciação	(179.614)	(674)	(180.288)	(172.662)
Materiais	(6.187)	(3.725)	(9.912)	(12.003)
Arrendamentos e aluguéis	(3.092)	(4.264)	(7.356)	(5.428)
Contingências		(13.564)	(13.564)	46.594
Outros	(11.449)	(33.773)	(45.222)	(30.099)
	(311.453)	(116.223)	(427.676)	(359.198)

24. RESULTADO FINANCEIRO

	2008	2007
Receitas		
Rendimento de aplicações financeiras	17.201	22.847
Juros ativos	4.117	19.203
Amortização do deságio	16.985	16.985
Variações monetárias e cambiais	6.610	58.683
Outras	604	1.928
	45.517	119.646
Despesas		
Juros sobre capital próprio	(239.899)	(238.737)
Juros passivos	(66.261)	(20.975)
Amortização do ágio	(26.430)	-
Encargos sobre RGR	(1.508)	(1.140)
Outras	(4.832)	(10.697)
	(338.930)	(271.549)
Resultado financeiro	(293.413)	(151.903)

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência, apurados com base nos balanços mensais de suspensão e redução.

	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	845.913	882.523
Alíquotas	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(287.610)	(300.058)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	28.863	34.281
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(258.747)	(265.777)
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	(279.328)	(90.380)
Diferido	20.581	(175.397)
	(258.747)	(265.777)

26. ALIENAÇÃO DO CENTRO TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS – CETEMEQ

Em 13 de abril de 1998, foi firmado Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Direitos e Obrigações entre a EPTE, incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001, e a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – “Eletropaulo”, do imóvel localizado na Rua Lavapés, 463, Cambuci, São Paulo, no montante de R\$ 70.496, a preço de mercado, que deveria ser pago em 21 parcelas iguais, mensais e sucessivas, com vencimento no 1º dia útil de cada mês, a partir de maio de 1998. A EPTE, tendo em vista as contestações da Eletropaulo, relativamente ao valor citado, e por não receber as parcelas, ajuizou, em 11 de fevereiro de 1999 e em 18 de outubro de 2000, ações de execuções que se processam perante a 1ª e a 36ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, respectivamente.

Em dezembro de 2000, o valor contábil líquido desse ativo, no montante de R\$ 4.904, foi baixado do ativo imobilizado, sendo efetuados também os registros de venda, imposto de renda diferido incidente sobre o ganho apurado, provisão para créditos de liquidação duvidosa e créditos fiscais respectivos.

Em 27 de fevereiro de 2007, através de Instrumento Particular de Transação celebrado entre a Eletropaulo e a CTEEP, as partes amigavelmente acordaram:

- (a) O imóvel objeto das ações de execuções foi avaliado em R\$ 125.265, consequentemente procedemos o registro de receita financeira, pela atualização de R\$ 54.769.
- (b) Do valor acordado no item anterior foi deduzido o montante de R\$ 35.562 sobre IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano incidente, sobre os imóveis que, por ocasião da Cisão Parcial da Eletropaulo foram vertidos à EPTE, que por sua vez foi incorporada pela CTEEP, valor esse originalmente devido pela CTEEP à Prefeitura Municipal de São Paulo e quitado pela Eletropaulo à época de sua adesão ao REFIS – Programa de Recuperação Fiscal do Município de São Paulo, circunstância essa originária do crédito da Eletropaulo junto à CTEEP.
- (c) Sendo assim, a Eletropaulo, em 6 de março de 2007, efetuou depósito no montante de R\$ 89.703, em Conta de Depósito no Banco ABN AMRO REAL S.A, tendo sua liberação à CTEEP, vinculada à publicação da sentença homologatória por parte de uma das varas envolvidas no presente acordo, o que ocorreu em 19 de março de 2007.
- (d) Em 27 de março de 2007, através da carta CT/P/918/2007, a CTEEP solicitou ao Banco ABN AMRO REAL S.A. a transferência do montante total para a conta de investimento de sua titularidade, encerrando-se, assim, o processo de alienação do CETEMEQ.

- (e) A Eletropaulo compromete-se a providenciar a regularização da situação dominial dos imóveis por ela vertidos à EPTE/CTEEP, objeto do presente instrumento, bem como de quaisquer outros que estejam em sua posse mas que pertençam à CTEEP, em decorrência do Protocolo de Cisão Parcial da Eletropaulo, datado de 22 de dezembro de 1997.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

Natureza da Operação	2008		2007	
	Ativo	Resultado	Ativo	Resultado
Pessoal-chave da administração				
Benefícios de curto prazo	-	6.710	-	4.458
ISA Capital				
Sublocação	15	201	25	181
Prestação de serviços	7	67	-	-

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços que abrange, entre outros, serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento de folha de pagamento.

Essas operações foram realizadas em condições similares às de mercado.

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A principal fonte de receitas da Companhia é proveniente do uso de seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Sua receita anual vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

A Companhia não possui política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, bem como não celebrou, durante o exercício, contratos que possam ser considerados como instrumentos financeiros derivativos.

(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

(c) Investimentos

Consistem, principalmente, em investimentos em coligadas de capital fechado, registrados, após a fase pré-operacional, pelo método de equivalência patrimonial, nas quais a Companhia tem interesse estratégico. Considerações de valor de mercado das ações possuídas não são aplicáveis.

(d) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos em reais tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

(e) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

Risco de Crédito – A Companhia mantém contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.

Risco de Preço – As receitas da Companhia são, nos termos do Contrato de Concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (Nota 21 (b)).

Risco de Taxas de Juros – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP e do CDI (Nota 14).

Risco de Taxa de Câmbio – A Companhia não possui financiamentos, contas a receber e ativos em moedas estrangeiras. Sua exposição aos efeitos de oscilações cambiais é irrelevante, correspondente a eventuais importações de equipamentos.

29. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos mercantis operacionais de veículos e equipamentos de informática, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	2008	2007
Até um ano	5.500	3.000
Mais de um ano até cinco anos	7.066	5.500
	12.566	8.500

30. SEGUROS

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Importância	
		Segurada – R\$	Prêmio – R\$
Patrimonial	02/12/08		
	a 01/09/09	2.052.581	3.322
Responsabilidade			
Civil Geral	02/12/08		
	a 01/09/09	15.000	147
Transportes			
Nacionais	30/09/08		
	a 30/09/09	54.970	7,3
Acidentes Pessoais			
Coletivos	01/05/08		
	a 01/05/09	24.670	1,3
Automóveis	02/03/08	Valor	
	a 02/03/09	de mercado	26
			3.504

(a) Patrimonial

Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações.

(b) Responsabilidade Civil Geral

Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

(c) Transportes Nacionais

Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia transportados no território nacional.

(d) Acidentes Pessoais Coletivos

Cobertura contra acidentes pessoais a executivos, estagiários e aprendizes.

(e) Automóveis

Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

31. AÇÃO DE COBRANÇA DA ELETROBRÁS CONTRA A ELETROPAULO E EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo – Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. – “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento.

A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos.

Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRÁS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRÁS relativo ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRÁS. Em outubro de 2001, a ELETROBRÁS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a em suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRÁS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRÁS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que havia excluído

a Eletropaulo do polo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRÁS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 4 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo como descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRÁS seguirá seu curso normal na forma proposta.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento de sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988 para a finalidade de pagamento de parte da dívida, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRÁS. Estima-se atualmente que a contingência total é da ordem de R\$ 1.463 milhões.

32. PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA REGIDO PELA LEI 4.819/58

(a) Fatos Relevantes

(i) 19 de julho de 2005

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público esclarecer aspectos relativos ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Esse plano aplica-se aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, referido na Nota Explicativa 23.1 às demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2004. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003. Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003, pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a intervenção da CTEEP e da Fundação CESP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 (processo 1.339/2005-1), deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. A 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, em 13 de julho de 2005, concedeu o prazo de 60 dias para cumprimento da citada decisão. Consta também, no site do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, resumo sobre decisão semelhante (processo SDC – 20058200400002000) de 30 de junho de 2005, determinando que a Fundação CESP, mediante recursos repassados pela CTEEP, voltasse a processar o pagamento de aposentadorias e pensões de beneficiários amparados pela Lei Estadual 4.819/58.

Para o cumprimento das citadas decisões judiciais, a CTEEP deverá requerer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. As citadas decisões alcançam cerca de 6.500 beneficiários, com despesa mensal da ordem de R\$ 23 milhões que, segundo o entendimento da CTEEP, é de responsabilidade do Estado de São Paulo, que assim procedeu até dezembro de 2003. Consequentemente, a CTEEP deve recorrer das citadas decisões judiciais por entender que a responsabilidade pelo pagamento dos mencionados benefícios é, nos termos da legislação aplicável, do Estado de São Paulo”.

(ii) 27 de janeiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar mudança de procedimento da Secretaria da Fazenda do Estado, em decorrência de recente entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE, quanto ao repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. O assunto, anteriormente ao fato ora abordado, foi tratado na Nota Explicativa 22 das Informações Trimestrais – ITR da CTEEP de 30/09/2005. A Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP, em 27/01/2006, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O dispêndio efetivo da CTEEP neste mês, para fins da citada decisão judicial, foi de R\$ 19.725, transferidos à Fundação CESP, tendo recebido R\$ 14.976 da Secretaria da Fazenda para essa finalidade. A Secretaria da Fazenda informou que glosou, neste mês, certas parcelas da despesa em decorrência de recente entendimento da PGE quanto aos limites da obrigação do Estado nesse assunto.

A decisão da 49ª Vara do Trabalho alcança atualmente 5.528 beneficiários. Continuam a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda 794 benefícios da Lei Estadual 4.819/58.

A CTEEP continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho, de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera o entendimento de sua área jurídica de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, e respectivo regulamento, são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e estuda as medidas cabíveis neste caso para resguardar os interesses da Companhia”.

(iii) 24 de fevereiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/2002, vem a público comunicar, em prosseguimento ao assunto tratado no Fato Relevante de 27/01/2006, que a Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP no mês de fevereiro de 2006 o valor de R\$ 12.802 para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo. Esta decisão determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. Neste mês de fevereiro, o dispêndio total da CTEEP, para fiel cumprimento da citada decisão judicial, foi de R\$ 19.652.

A CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho, de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda, além da adoção de outras medidas para preservar os legítimos interesses da Companhia”.

(b) Sentença da 49ª Vara do Trabalho

Em 2 de maio de 2006, foi conhecida sentença proferida pelo juízo da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo acerca do processo acima referido, julgando procedente, em parte, a reclamação em questão e mantendo os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida (Fato Relevante de 19 de julho de 2005), além de determinar o pagamento de parcelas vencidas. A CTEEP protocolou em juízo, em 8 de maio de 2006, Embargos Declaratórios à citada sentença visando esclarecer e modificar certos aspectos da citada decisão.

Em 19 de junho de 2006, através de decisão do Superior Tribunal de Justiça declarando a competência da Justiça Pública Estadual para apreciar a matéria ajuizada na Justiça do Trabalho, pleiteando diretamente das empresas os proventos decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, foi anulada a sentença da 49ª Vara do Trabalho, e determinada a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda

Pública Estadual. Em decorrência da citada decisão do Superior Tribunal de Justiça, os proventos instituídos pela Lei Estadual 4.819/58 voltaram a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e não mais pela Fundação CESP, mediante repasse da CTEEP como vinha acontecendo em cumprimento à decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, ora anulada.

Em 28 de junho de 2006, o Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo mesmo tribunal no Conflito de Competência, objeto de decisão de 19 de junho de 2006. De acordo com a intimação recebida pela CTEEP em 30 de junho de 2006, volta a prevalecer a decisão da 49ª Vara do Trabalho que determinou o processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Fundação CESP, mediante recursos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP.

(c) Situação atual

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal da Justiça, a CTEEP repassou à Fundação CESP, no período de setembro de 2005 a dezembro de 2008, o valor de R\$ 963.592 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 655.207 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 308.385, está sendo requerida administrativamente pela Companhia (Nota 6). Por outro lado, a CTEEP recebeu da Procuradoria Geral do Estado – PGE, em 20 de outubro de 2005, cópia de manifestação daquele órgão, de 6 de outubro de 2005, acerca de consulta da Secretaria da Fazenda sobre o alcance das referidas decisões judiciais. Nessa manifestação, a PGE conclui que a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo atinge subjetivamente a Fazenda do Estado, que integra o polo passivo da demanda na condição de ré. Assim sendo, conclui a PGE que, “no atual cenário, cabe à Secretaria da Fazenda o ressarcimento integral dos valores despendidos pela CTEEP para o cumprimento da decisão judicial proferida na reclamação trabalhista nº 1145/2005-6, em curso na 49ª Vara do Trabalho da Capital”. Ainda, na mesma manifestação a PGE conclui que a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, cujos efeitos estão suspensos pela liminar obtida em decorrência de Reclamação Correcional, não alcança integralmente a Fazenda do Estado, que foi excluída da lide a pedido do Sindicato suscitante; nesse caso, a Fazenda do Estado deveria, segundo a PGE, ressarcir a CTEEP, observados os estritos limites da Lei Estadual 4.819/58, excluindo eventuais benefícios instituídos pelo respectivo regulamento, que extrapolem ou se mostrem conflitantes com a legislação específica.

À vista de todo o exposto acima, resta claro que o entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre o assunto, formalizado por meio do Ofício PGE/SF 01/2006, de 10/02/2006, e respectiva Nota Técnica PGE/SF 01/2006, altera o entendimento oferecido pela PGE anteriormente e que vigiu até dezembro de 2005, para fins de repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho. Segundo o atual entendimento da PGE, a Fazenda do Estado deve efetuar certas glosas nos repasses à CTEEP para fins de transferência à Fundação CESP, para cumprimento da referida decisão judicial.

Em outubro de 2008, o Superior Tribunal de Justiça decidiu novamente pela competência da Justiça Comum em Ação Civil Pública, envolvendo as mesmas partes e matéria, cujo acórdão foi objeto de embargos. Salvo se esta decisão for modificada pelos embargos, o que a Administração considera pouco provável, ficará nula a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo e a matéria será definida pela Justiça Estadual.

Nos termos do informado nos Fatos Relevantes acima transcritos, a CTEEP reitera que continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho, de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento de sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, e respectivo regulamento, são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência, a Companhia registra essas glosas como valores a receber da Fazenda do Estado (Nota 6).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aviso aos Acionistas

Em reunião extraordinária realizada em 5 de janeiro de 2009, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, a partir de 20 de janeiro de 2009, de dividendos, referentes ao lucro de 2008, no montante de R\$ 122.500, correspondente a R\$ 0,820578 por ação.

Fato Relevante

Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia publicou fato relevante informando que, por meio de "Termo de Reconhecimento de Dívida e Acordo de Pagamento", celebrados individualmente, entre CTEEP e as concessionárias de distribuição de energia elétrica Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL"), Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Companhia Paulista de Energia Elétrica ("CPEE"), foi acordado o pagamento, pelas distribuidoras à CTEEP, do montante de R\$ 169,8 milhões, proveniente das TUSTs devidas e não pagas no período de 01/07/2004 a 31/12/2008, apurado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos da Resolução Homologatória nº 497, de 26 de junho de 2007. Ainda, dentro do acordo, definiu-se que o pagamento do montante será feito em 36 parcelas mensais de R\$ 4,7 milhões, corrigidas mensalmente pelo fator acumulado da taxa SELIC, sendo que a primeira parcela terá seu vencimento em 30 de janeiro de 2009.

A DIRETORIA

César Augusto Ramírez Rojas
José Sidnei Colombo Martini (em exercício até 05/03/2009)
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal,
Diretor Administrativo

Marcio Lopes Almeida,
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiarì,
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz,
Diretor de Empreendimentos

Claudio Luiz Pinto de Barros,
Contador – CRC – 1SP 195071/O-4

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Fernando Alarcón Mantilla,
Presidente

Fernando Augusto Rojas Pinto,
Vice-Presidente

Conselheiros

César Augusto Ramírez Rojas
Fernando Maida Dall'Acqua
Guido Alberto Nule Amin
Isaac Yanovich Farbaiarz
Luisa Fernanda Lafaurie Rivera
Orlando José Cabrales Martínez
Sinval Zaidan Gama
Valdivino Ferreira dos Anjos

CONSELHO FISCAL

Manuel Domingues de Jesus e Pinho,
Presidente

Antonio Luiz de Campos Gurgel
Celso Clemente Giacometti
Vladimir Muskatirovic
Roberto de Pádua Macieira

Parecer do conselho fiscal

O Conselho Fiscal da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“Companhia”), dando cumprimento ao que dispõe o Art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, elaboradas segundo os princípios estabelecidos no Capítulo XV do referido diploma legal e no Relatório da Administração sobre os negócios sociais e principais fatos administrativos do exercício social. Com fundamento no exame realizado e no Parecer dos Auditores Independentes, o Conselho Fiscal é de opinião que as Demonstrações Contábeis e as informações complementares estão aptas a serem submetidas à apreciação e aprovação dos Senhores Acionistas.

São Paulo, 10 de março de 2009.

Manuel Domingues de Jesus e Pinho
Antonio Luiz de Campos Gurgel
Celso Clemente Giacometti
Roberto de Pádua Macieira
Vladimir Muskatirovic

Parecer dos auditores independentes

Aos Administradores e Acionistas

CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista

1. Examinamos o balanço patrimonial da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Companhia) em 31 de dezembro de 2008 e o balanço patrimonial consolidado da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro 2008, além da correspondente demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nosso exame compreendeu, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das companhias; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista e suas controladas em 31 de dezembro de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados, nas operações da Companhia referentes ao exercício findo nessa data, bem como os fluxos consolidados de caixa desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial da CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Companhia, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia, sobre as quais emitimos parecer sem ressalvas e com parágrafo de ênfase referente ao assunto descrito no parágrafo 5 abaixo. Conforme mencionado na Nota 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. Essas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
5. Conforme descrito na Nota 32, de acordo com a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, a partir de setembro de 2005, a Fundação CESP passou a processar a folha de pagamento de beneficiários do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei nº 4.819/58, mediante recursos repassados pela Companhia, da forma realizada até dezembro de 2003. Em janeiro de 2006, a Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo passou a entender que a responsabilidade do Governo do Estado se restringe aos limites legais estaduais determinados para pagamentos dos benefícios de aposentadoria. Desde então, o Governo do Estado passou a glosar parte dos recursos repassados à Companhia. A diferença entre o valor pago pela Companhia e a glosa efetuada pelo Estado está registrada no ativo não circulante, conforme descrito na Nota 6. Em outubro de 2008, o Superior Tribunal de Justiça decidiu, novamente, pela competência da Justiça Comum em Ação Civil Pública, envolvendo as mesmas partes e matéria, cujo acórdão foi objeto de embargos. A Administração da Companhia, amparada por seus assessores legais, entende que a responsabilidade pelos pagamentos dos benefícios relacionados a esse plano de complementação de aposentadoria é de inteira responsabilidade do Governo do Estado; como consequência, não registra, nas demonstrações financeiras da Companhia, nenhuma obrigação ou provisão para perdas em relação a esse plano.

São Paulo, 12 de março de 2009.

Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Eduardo Zamora
Contador CRC 1SP168728/O-4



www.ctEEP.com.br